

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

***“Flat Tax”*: Caracterização da Investigação**

Miguel Conchinhas Moniz Tavares

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof. Auxiliar,
ISCTE Business School

novembro, 2021



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Contabilidade

***“Flat Tax”*: Caracterização da Investigação**

Miguel Conchinhas Moniz Tavares

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof. Auxiliar,
ISCTE Business School

novembro, 2021

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao professor Paulo Dias, por toda a disponibilidade, ajuda e conhecimento transmitido, que foi fundamental na concretização desta etapa.

Quero também agradecer à minha família. Aos meus pais e à minha irmã, por toda a paciência, carinho e apoio incondicional em tudo ao longo da minha vida e aos meus avós, por tudo o que fizeram para ajudar na minha formação.

Quero ainda agradecer à minha namorada, Sara, por me motivar, me ajudar com o planeamento e organização necessária para a realização desta investigação e por todo o apoio, que me permitiu terminar esta dissertação.

Por fim, quero agradecer a todos os meus amigos e familiares, que contribuíram com conselhos e amizade, que foram cruciais para o meu desenvolvimento e me ajudaram a concluir esta etapa.

Resumo

O aumento de interesse pelo tema “*Flat Tax*” a nível político em diversos países, suscitado pelos resultados obtidos nos países que adotaram um regime proporcional de tributação sobre os rendimentos pessoais, motivou o desenvolvimento desta dissertação, com o objetivo de caracterizar a investigação sobre a “*Flat Tax*” no contexto da fiscalidade.

Para tal, realizou-se uma análise a uma amostra de 109 artigos científicos recolhidos da plataforma *Scopus*, à luz de indicadores bibliométricos, e desenvolveu-se uma tabela resumo com as conclusões dos principais artigos da amostra, seguindo uma metodologia PRISMA.

A análise aos artigos permitiu concluir que o interesse académico pelo tema tem vindo a aumentar ao longo das décadas, já que tanto o número de artigos publicados como o número de citações aos artigos analisados tiveram um crescimento positivo. Adicionalmente, foi possível concluir que o tema é maioritariamente estudado por autores vinculados a países europeus, ainda que o país em que o tema mais suscitou interesse nos autores tenha sido nos EUA, e que os artigos são desenvolvidos maioritariamente em coautoria. Foi também possível concluir que o tema desperta interesse em diversas áreas de estudo e que, conseqüentemente, os artigos são publicados em múltiplas revistas científicas. Importa ainda salientar que as principais *keywords* associadas ao tema são “*tax reform*” e “*tax system*”. Finalmente, interessa referir que devido à multitudine de áreas relacionadas com a *flat tax* abordadas nos artigos em causa, as conclusões obtidas nos mesmos são bastante diferentes, e por vezes divergentes.

Palavras-chave: *Flat Tax*; Fiscalidade; Análise Bibliométrica

Sistema de Classificação JEL: H20; H24

Abstract

The increased interest in the “Flat Tax” topic at a political level in several countries, motivated by the results obtained in countries that have adopted a proportional taxation system on personal income, prompted the development of this dissertation, with the objective of characterising the investigation on “Flat Tax” in the context of taxation.

To this end, a sample of 109 scientific articles collected from the Scopus platform was analysed, in light of bibliometric indicators, and a summary table was developed with the conclusions of the main articles of the sample, following a PRISMA methodology.

The analysis of the articles allowed to conclude that the academic interest in the subject has been increasing over the last decades, since both the number of articles published and the number of citations to the articles analysed had a positive growth. In addition, it was concluded that the subject is mostly studied by authors linked to European countries, although the country in which the subject generated most interest was the USA, and that the articles are mostly coauthored. It was also possible to conclude that the subject raises interest in various areas of study and that, consequently, articles are published in multiple scientific journals. It should also be noted that the main keywords associated with the topic are "tax reform" and "tax system". Finally, it is worth mentioning that due to the multitude of areas related to the flat tax addressed in the articles in question, the conclusions obtained in them are quite different, and sometimes divergent.

Keywords: Flat Tax; Taxation; Bibliometric Analysis

JEL Classification System: H20; H24

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice.....	vii
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Tabelas.....	xi
Glossário.....	xiii
Capítulo 1. Introdução.....	1
1.1. Motivações e Justificação do Tema.....	1
1.2. Objetivos da investigação.....	2
1.3. Metodologia.....	3
1.4. Estrutura da dissertação.....	4
Capítulo 2. Revisão da Literatura.....	7
2.1. Tributação.....	7
2.2. Estruturas Fiscais.....	8
2.2.1. Impostos Diretos e Indiretos.....	8
2.2.2. Impostos Regressivos, Progressivos e Proporcionais.....	9
2.3. Flat Tax.....	10
2.3.1. História.....	10
2.3.2. Vantagens.....	12
2.3.3. Desvantagens.....	14
Capítulo 3. Metodologia.....	15
3.1. Recolha de Dados.....	16
3.2. Indicadores Bibliométricos.....	22
3.3. Análise dos Dados.....	23
Capítulo 4. Resultados.....	25
4.1. Indicadores de Atividade Científica.....	25
4.1.1. Número e distribuição de artigos publicados por ano.....	25
4.1.2. Produtividade dos autores.....	26
4.1.3. Colaboração na autoria dos artigos.....	27
4.1.4. Distribuição e colaboração geográfica.....	30
4.2. Indicadores de Impacto Científico.....	33

4.2.1. Indicadores de impacto dos trabalhos	33
4.2.2. Indicadores de impacto das fontes	36
4.3. Indicadores de associações temáticas	39
4.4. Tabela com as conclusões dos principais artigos	40
Capítulo 5. Conclusões.....	51
5.1. Conclusão dos Resultados	51
5.2. Limitações	53
5.3. Sugestões	53
Referências Bibliográficas	55

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Processo de definição da amostra utilizada	16
Figura 4.2 - Evolução do número de artigos publicados.....	26
Figura 4.3 - Produtividade dos autores	26
Figura 4.4 - Tipo de autoria.....	28
Figura 4.5 - Número de autores por artigo	28
Figura 4.6 - Associações de coautoria dos autores mais produtivos.....	29
Figura 4.7 - Associações geográficas.....	32
Figura 4.8 - Número de citações aos artigos publicados em cada ano.....	35
Figura 4.9 - Número de citações por ano	35
Figura 4.10 - H-Index dos artigos científicos que constituem a amostra da investigação	36
Figura 4.11 - Associação das keywords utilizadas nos artigos	39

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 - Artigos que compõem a amostra utilizada (título, autores e ano de publicação)	17
Tabela 4.2 - Número de artigos publicados por autor	27
Tabela 4.3 - Afiliação dos autores por país	31
Tabela 4.4 - Artigos mais citados	34
Tabela 4.5 – Distribuição dos artigos publicados por revista científica.....	37
Tabela 4.6 - Top 5 revistas com maior fator de impacto CiteScore e top 3 revistas com maior número de artigos publicados	38
Tabela 4.7 - Distribuição dos artigos por área de estudo	38
Tabela 4.8 - Objetivos e conclusões dos principais artigos da amostra	40

Glossário

EUA – Estados Unidos da América

PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

PIB – Produto Interno Bruto

Introdução

1.1. Motivações e Justificação do Tema

A relação existente entre a contabilidade e a fiscalidade é investigada na literatura de uma forma multidisciplinar, o que leva a uma diversidade dos estudos sobre este tema (Dacian, 2010). Com o aumento do número de artigos científicos publicados relacionados com a fiscalidade em revistas especializadas, é necessária uma investigação contínua dos vários temas relacionados com a área, de forma a obter um entendimento profundo sobre a temática.

A tributação tem uma grande importância para o funcionamento dos países, pois gera receita fiscal, que é a principal fonte de rendimento do Estado. É através desta que os governos conseguem providenciar bens e serviços públicos cruciais para o bom funcionamento das sociedades, assim como atingir um nível adequado de estabilidade económica (Whait et al., 2018; Arab & Basariya, 2020). Adicionalmente, a tributação é usada para encorajar ou desencorajar certos comportamentos ou tendências de consumo, corrigir imperfeições do mercado e redistribuir a riqueza de modo a tornar a sociedade mais equitativa (Amirthalingam, 2013; Arab & Basariya, 2020).

Com o intuito de angariar estas receitas existem vários tipos de sistemas fiscais. Uns com ênfase em impostos diretos, outros em impostos indiretos e outros ainda com um equilíbrio entre os dois. Uns com mais taxas progressivas, outros com mais taxas proporcionais e outros ainda com um equilíbrio entre taxas progressivas e proporcionais. A construção de um sistema fiscal apresenta extrema relevância, uma vez que este é um determinante significativo de índices macroeconómicos como o crescimento económico, o défice fiscal e a dívida pública (Amirthalingam, 2013). Importa salientar que cada sistema fiscal acarreta consigo vantagens e desvantagens, pelo que a forma como cada país estrutura o seu sistema e define as suas taxas varia, não só pelo estado de desenvolvimento do país, mas também tendo em conta as opiniões políticas e económicas do seu governo e do que este pretende priorizar. Alguns governos optam por valorizar mais o princípio da equidade, enquanto outros optam por valorizar mais o princípio de eficiência, que são os dois princípios fundamentais no que toca à construção de um sistema fiscal (Dagan et al., 1999).

No que toca à tributação de rendimentos pessoais, a generalidade dos países optou por estabelecer sistemas fiscais progressivos, de forma a tentar corrigir algumas desigualdades na sociedade (Popescu et al., 2019; Sabitova & Dyudina, 2015). No entanto, devido às crises económicas mundiais, muitos países têm sentido uma estagnação económica, o que leva ao

descontentamento por parte da população e conseqüentemente ao aumento das críticas ao sistema fiscal progressivo, entre as quais, o comprometimento do princípio da eficiência pelo da equidade. Movidos pelos resultados alcançados nos países do leste da Europa, que com o objetivo principal de crescerem economicamente, começaram a adotar sistemas proporcionais, partidos políticos de diversos países têm discutido a possibilidade de uma reforma fiscal com o intuito de introduzir uma *flat tax*, ou seja, a utilização de apenas uma taxa para tributar os rendimentos pessoais. Segundo estes, a mudança para uma *flat tax* traria diversas vantagens, que se traduziriam, tal como nos países do Leste da Europa, numa melhoria dos índices macroeconómicos, como por exemplo o crescimento económico do país.

Contudo, as opiniões sobre a *flat tax* não são consensuais, existindo bastante discórdia e discussão entre os vários partidos que divergem na ideia de como deve ser conduzido o futuro do país. Assim, uma investigação que agrupe as principais conclusões dos principais estudos feitos sobre o tema é relevante, uma vez que permite observar os múltiplos pontos de vista e as suas fundamentações.

No entanto, apesar do tema ser discutido na esfera política, academicamente, não é um tema muito estudado, ainda que ao longo dos anos o número de artigos publicados sobre a *flat tax* tenha vindo a aumentar, o que revela o aumento do interesse académico sobre o tema. Conseqüentemente, surge a necessidade de existir um estudo que contemple as diversas investigações sobre a *flat tax* e que permita como resultado obter um conhecimento geral acerca do estado da investigação deste tema.

1.2. Objetivos da investigação

Esta investigação tem como objetivo geral caracterizar a investigação existente sobre o tema “*Flat Tax*”, de modo a analisar as tendências de artigos científicos publicados na plataforma *Scopus* e como objetivos específicos (i) analisar um conjunto de indicadores bibliométricos relativos às características dos artigos publicados, (ii) analisar um conjunto de indicadores bibliométricos relativos às características dos investigadores, e (iii) construir uma tabela resumo com os objetivos e conclusões retiradas dos principais artigos que fazem parte da amostra da investigação.

A análise aos artigos permitiu concluir que o interesse académico pelo tema tem vindo a aumentar ao longo das décadas, que o tema é maioritariamente estudado por autores vinculados a países europeus, que os artigos são desenvolvidos maioritariamente em coautoria, que o tema desperta interesse em diversas áreas de estudo e que são publicados em múltiplas revistas

científicas. Foi também possível concluir que as principais *keywords* associadas ao tema são “*tax reform*” e “*tax system*”. Por fim, com a construção das tabelas foi possível perceber que os artigos estudam diversos temas distintos relacionados com a *flat tax*, e que por isso tinham objetivos diferentes, o que se reflete em conclusões também diferentes e de difícil comparação.

As questões de investigação que conduziram este estudo foram (i) Quais são as tendências de publicação de artigos científicos? e (ii) Quais são as principais conclusões dos principais estudos feitos acerca do tema? Estas questões foram concebidas de modo a entender se o tema tem aumentado a sua importância no meio académico como o tem feito na esfera política, e para que fosse possível perceber o motivo para a falta de consenso no debate deste tema.

1.3. Metodologia

De forma a responder às questões de investigação levantadas no ponto anterior optou-se por se desenvolver uma investigação de caracterização. As investigações de caracterização são consideradas como sendo bastante relevantes, uma vez que possibilitam chegar a conclusões acerca das tendências dos artigos científicos ao longo dos anos, bem como acerca de um conjunto de características que lhes são inerentes. Para além disso, esta investigação reúne as conclusões dos principais artigos presentes na plataforma *Scopus* sobre o tema “*Flat Tax*”, o que também é considerado como sendo bastante relevante no meio académico, uma vez que a agregação da informação existente na literatura permite a outros autores identificar as publicações mais relevantes e assim ter uma base pela qual podem guiar a sua investigação.

Nesta dissertação foi seguida uma metodologia PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), desenvolvida especificamente para revisões sistemáticas e meta-análises, com o intuito de ajudar no reporte da razão pela qual foi desenvolvida a investigação, o que foi feito pelos autores e o que estes concluíram.

Numa fase inicial, para criar uma base de conhecimento sólida foi realizada uma revisão de literatura com base em artigos científicos presentes em bases de dados prestigiadas como o *Scopus* ou publicados em revistas científicas presentes em rankings baseados na qualidade da investigação, como é o caso do *Academic Journal Quality Guide 2018*, de modo a assegurar a qualidade da informação. A revisão de literatura foi centrada no tema da *flat tax*, ainda que tenha também abordado temas mais abrangentes, como a importância da tributação e das receitas fiscais, entre outros, com o intuito de facilitar a compreensão das bases conceptuais da *flat tax*.

De seguida foi realizada a pesquisa e recolha dos dados necessários para esta investigação. A pesquisa foi executada através da plataforma *Scopus*, por ser uma plataforma que fornece informação de alta qualidade para todo o conteúdo indexado, o que permite uma recolha de dados mais precisa, e pela sua base de dados ter uma cobertura global, o que garante que informação científica relevante não é ignorada. O processo de definição de amostra e recolha dos dados será mais aprofundado no capítulo da metodologia.

Posteriormente, de forma a avaliar a produção científica com o intuito de caracterizar a investigação sobre a *flat tax*, foram utilizados indicadores bibliométricos para se analisar os artigos selecionados para a amostra de estudo. Foram escolhidos indicadores bibliométricos, pois a bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística usada para determinar índices de produção e difusão de conhecimento (Costa et al., 2012). Os indicadores analisados foram os de atividade científica, de impacto científico e de associações temáticas.

Para simplificar a visualização e análise dos dados recolhidos foram utilizados dois softwares, *Excel* e *VOSviewer*, bem como métricas disponibilizadas pela plataforma *Scopus*. Através destes softwares foi possível desenvolver um conjunto de gráficos, tabelas e mapas que permitem uma melhor análise dos dados recolhidos e assim caracterizar a investigação sobre “*Flat Tax*”.

1.4. Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Conclusão.

No primeiro capítulo, é feita uma introdução ao tema abordado, justificando a motivação para a sua realização e a sua relevância e manifestando quais são os objetivos desta dissertação e quais as questões que levaram à sua realização, bem como uma breve exposição da metodologia e da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo, é desenvolvida a Revisão de Literatura, na qual é abordada a investigação existente acerca do tema da tributação e mais especificamente da *flat tax*. Este capítulo engloba o contexto teórico relevante para esta investigação e serve como base científica para o entendimento dos capítulos seguintes. Mais especificamente é expressa a importância das receitas fiscais e é feita uma distinção entre impostos diretos e impostos indiretos, bem como entre impostos progressivos, regressivos e proporcionais. Adicionalmente, é desenvolvida a história da *flat tax* e são apresentadas as suas vantagens e desvantagens.

O capítulo da Metodologia descreve o processo científico utilizado para abordar as questões de investigação, bem como os procedimentos de recolha de informação e o processo de tratamento e análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta os resultados da investigação e está dividido em quatro secções. Nas primeiras três secções são apresentados os indicadores de atividade científica, os indicadores de impacto científico e os indicadores de associações temáticas. Na quarta secção é apresentado uma tabela resumo com os objetivos e conclusões mais relevantes que fazem parte da amostra da investigação.

Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões retiradas desta dissertação, assim como as limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

Revisão da Literatura

2.1. Tributação

A tributação é fundamental para o funcionamento do Estado, da economia e da sociedade, uma vez que a receita fiscal representa a principal fonte de rendimento do Estado (Gribnau, 2015). Consequentemente, a sobrevivência de um governo reside em parte, na sua capacidade de cobrar impostos, visto que este precisa de angariar fundos para providenciar não só infraestruturas, mas também bens e serviços públicos, que não podem ser produzidos adequadamente pelo mercado competitivo, como escolas, estradas e defesa nacional (Whait et al., 2018; Arab & Basariya, 2020).

Deste modo, aumentar o montante de rendimentos proveniente de impostos é crucial para o desenvolvimento de um país (Arab & Basariya, 2020). Todavia, é relevante realçar que o aumento da tributação pode afetar negativamente o incentivo ao investimento em vários setores da economia, o que pode afetar a sua taxa de crescimento a longo prazo. Adicionalmente, a motivação para trabalhar e poupar pode ser afetada negativamente (Popescu et al., 2019; de Hek, 2006).

A posição do governo de cada país sobre se os rendimentos provenientes de impostos devem ser mais ou menos elevados, depende da posição exata do país sobre a curva de Laffer (Evans & Aligica, 2008). Segundo esta, nem uma taxa de imposto de 100% nem de 0%, geraria receita para o Estado. Com uma taxa de 100% as pessoas não trabalhariam, o que implicaria uma inexistência de receitas. Por outro lado, com uma taxa de 0%, apesar de existirem muitos efetivos a trabalhar, as receitas seriam igualmente inexistentes. Assim, o que se obtém é uma curva, na qual se tenta maximizar o valor das receitas fiscais (Laffer, 2019).

Para além do fornecimento de bens e serviços públicos e do financiamento das despesas governamentais, outra função essencial da tributação, como esclarece a Constituição da República Portuguesa, é a de garantir uma “repartição justa dos rendimentos e da riqueza” (artigo 103, nr.1), dado que o bem-estar social é maximizado quando os recursos são distribuídos de forma mais equitativa (Pántya et al., 2016; Popescu et al., 2019). Por esse motivo, assegurar, uma distribuição justa da carga fiscal entre as pessoas tem constituído uma preocupação central na elaboração de políticas ao longo do tempo (Popescu et al., 2019).

Em síntese, a utilização efetiva das receitas provenientes dos impostos é o centro de um debate económico de longa data cujo propósito é encontrar a melhor forma de otimizar o valor das

receitas provenientes de impostos mantendo um equilíbrio entre equidade e eficiência (Arab & Basariya, 2020; Laffer, 2019). É importante realçar que todos os sistemas têm vantagens e desvantagens e que o equilíbrio entre equidade e eficácia só pode ser alcançado através de uma política fiscal adaptada a cada economia (Popescu et al., 2019; Sabitova & Dyudina, 2015).

2.2. Estruturas Fiscais

De forma a obter receitas fiscais existem várias formas de tributação, tanto para pessoas coletivas como singulares, sendo que a procura da estrutura fiscal perfeita tem sido o objetivo de muitos políticos e economistas (Gouveia & Oliver, 1995; Arab & Basariya, 2020). A escolha da estrutura fiscal deve ter em conta diversos fatores, tais como os efeitos sobre os incentivos económicos, a sua equidade entre pessoas com capacidade tributável semelhante, os seus efeitos sobre a distribuição entre pessoas com rendimentos mais elevados e pessoas com rendimentos mais baixos, se é compatível com as relações económicas internacionais desejáveis, e também com base na sua simplicidade, facilidade de compreensão e ausência de custos administrativos excessivos (Popescu et al., 2019).

2.2.1. Impostos Diretos e Indiretos

Os impostos podem ser classificados de múltiplas formas. Uma distinção que pode ser feita é entre impostos diretos, que incidem sobre o rendimento, e impostos indiretos, que incidem sobre o consumo.

Existem diversos argumentos a favor da existência de um imposto indireto, como o facto de ter menos efeitos negativos na oferta de mão de obra e menos interferência na escolha entre o consumo presente e futuro (Musgrave & Musgrave, 1989). No entanto, os impostos sobre o consumo causam uma distorção no consumo ótimo (Watrín & Ullmann, 2008).

O principal argumento a favor de um imposto direto é que, geralmente, é o mais apropriado para a redistribuição do rendimento entre grupos de rendimento (Watrín & Ullmann, 2008). Adicionalmente, em muitos países, as maiores receitas orçamentais são as provenientes das declarações de imposto sobre o rendimento, sendo que, dos cerca de 200 países existentes, apenas 15 não o aplicam (Sabitova & Dyudina, 2015). Dentro dos impostos sobre o rendimento, uma das fontes que permite ao Estado resolver vários problemas económicos e sociais da sociedade é o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (Ibragimov et al., 2014).

2.2.2. Impostos Regressivos, Progressivos e Proporcionais

Para além de serem classificados como diretos ou indiretos, os impostos podem também ser distinguidos como progressivos, proporcionais ou regressivos.

A tributação regressiva, normalmente um imposto de montante fixo, impõe uma percentagem de carga fiscal superior aos trabalhadores com baixos rendimentos, diminuindo com o aumento dos mesmos. Este tipo de tributação, apesar de em termos de eficiência e eficácia administrativa evidenciar extrema simplicidade, apresentar custos de administração inferiores e reduzir as possibilidades de evasão fiscal, raramente é considerada, porque para além de não conseguir obter receitas fiscais elevadas, tem efeitos negativos no que toca à distribuição da riqueza (Dabrowski & Tomczynska, 2001).

Uma forma potencial de assegurar uma redistribuição justa da riqueza é o estabelecimento de um sistema fiscal progressivo, no qual as taxas de imposto médias e marginais aumentam com o rendimento (Pántya et al., 2016). Assegurar uma redistribuição justa da riqueza é um dos principais argumentos a favor desta forma de tributação e resulta da opinião, defendida por autores como Marx e Engels (1848), de que as diferenças económicas entre cidadãos devem ser corrigidas. Por conseguinte, os cidadãos que auferem rendimentos mais elevados devem ser taxados a taxas marginais superiores e essas receitas fiscais devem ser redistribuídas pelos cidadãos com rendimentos inferiores através de despesas do estado (Bonga-Bonga & Perold, 2014).

Outra vantagem demonstrada pelos apologistas de um sistema progressivo é que este atua como um regulador contra cíclico automático das economias dos países, uma vez que havendo possibilidade de deslocação dos contribuintes de um escalão para o outro, os efeitos de choques económicos são minimizados, oferecendo uma maior estabilidade à economia (Popescu et al., 2019; Bonga-Bonga & Perold, 2014). Na prática, em caso de uma recessão, na eventualidade de os salários dos trabalhadores serem reduzidos, estes serão tributados a uma taxa marginal mais baixa, retendo assim uma maior percentagem do seu rendimento, o que diminui o impacto da recessão nos seus rendimentos. Já no caso de uma expansão económica, verificar-se-ia o oposto. Como tal, apesar dos choques macroeconómicos, devido ao efeito estabilizador providenciado pela tributação progressiva, o consumo agregado manter-se-ia relativamente constante em qualquer fase dos ciclos económicos (Bonga-Bonga & Perold, 2014). Contudo, os críticos do sistema progressivo referem que o Estado pode estabilizar a economia através de meios mais eficazes e que os benefícios de estabilização da economia apenas se verificam se os governos tiverem um comportamento responsável e não cometerem despesas adicionais durante

os períodos de expansão económica, caso contrário, a função anti cíclica desejada não se verifica (Popescu et al., 2019; Bonga-Bonga & Perold, 2014).

Apesar das vantagens identificadas, o sistema fiscal progressivo também é alvo de críticas. Alguns autores consideram que existe injustiça no sistema progressivo, pois penaliza as pessoas que trabalham e poupam mais, e remove os incentivos à oferta de trabalho e às decisões de poupança, tanto das famílias como das empresas privadas. Ao retirar rendimentos a quem auferem mais, remove-se o incentivo a produzir e ao conceder outra fonte de rendimento a quem auferem menos, remove-se igualmente o incentivo a produzir (Laffer, 2019). Desta forma, os agentes económicos podem optar por trabalhar menos, dispensando mais tempo para o lazer e dedicando-se a trabalhos mais simples, prejudicando o crescimento económico (Conesa & Krueger, 2006; Bonga-Bonga & Perold, 2014). Outra crítica prende-se com o facto de este ser o sistema fiscal com maior complexidade, o que pode desencadear um sentimento de maior pressão fiscal, um dos fatores mais relevantes no que toca ao não cumprimento fiscal e aumento da economia paralela (Pántya et al., 2016; Bonga-Bonga & Perold, 2014).

Devido a estas críticas muitos países têm discutido uma reforma fiscal, tendo o sistema fiscal proporcional, no qual existe apenas uma taxa de imposto sobre os rendimentos, vindo a ganhar ênfase (Ventura, 1999).

2.3. Flat Tax

2.3.1. História

A *flat tax*, ou taxa proporcional, não é uma ideia recente, tendo vindo a ser discutida e utilizada ao longo da história até aos dias de hoje (Evans & Aligica, 2008).

Durante a época medieval, na Europa feudal, a tributação era feita através de um sistema parecido ao que hoje se considera um sistema proporcional, no qual os proprietários das terras recebiam uma proporção fixa da produção agrícola (Fischer & Ferraro, 2019).

Posteriormente à época medieval, Adam Smith (1776), um dos economistas mais reconhecidos da sua época, apesar de afirmar que “não é irrazoável que os ricos contribuam para a despesa pública não só em proporção às suas receitas, mas algo mais do que proporcional”, defendeu também a ideia de taxas proporcionais, afirmando que “os sujeitos de cada Estado deveriam contribuir para o apoio do governo, o mais possível em proporção às suas respetivas capacidades, ou seja, em proporção às receitas de que beneficiam respetivamente sob a proteção do Estado” (Fischer & Ferraro, 2019). Para além disso, segundo o mesmo autor, o sistema fiscal de um país deve ser simples, eficiente, transparente e justo. Embora nenhum

sistema fiscal seja perfeito, um sistema proporcional é o que mais próximo se encontra destes critérios (Heath, 2006).

Também na escola Clássica, o tema da fiscalidade foi alvo de atenção constante por parte dos economistas. Autores como Ricardo (1817) e Mill (1848) concluíram que sistemas de tributação razoáveis devem basear-se em dois princípios fundamentais: eficiência e equidade. Consequentemente, duas teorias de tributação foram elaboradas, cada uma realçando um dos dois princípios. A proporcional de forma a satisfazer principalmente o princípio da eficiência e a progressiva o da equidade (Dagan et al., 1999). A maioria dos países, de forma a tentar corrigir algumas desigualdades de rendimentos nas suas sociedades, optaram por estabelecer sistemas fiscais progressivos (Popescu et al., 2019; Sabitova & Dyudina, 2015).

Já no século XX, autores do liberalismo económico relançaram a ideia de que um sistema proporcional poderia ser uma alternativa viável a um sistema progressivo. Hayek (1960) desenvolveu argumentos contra a ideia de que para assegurar uma redistribuição justa do rendimento era necessário que a tributação dos rendimentos fosse feita de forma progressiva. Friedman (1962) complementou a ideia, defendendo que a melhor forma de aliviar a pobreza seria através de um imposto fixo sobre o rendimento (Evans & Aligica, 2008; Fischer & Ferraro, 2019).

Em 1983, os economistas Robert E. Hall e Alvin Rabushka desenvolveram e formalizaram pela primeira vez trabalhos académicos sobre a existência de uma taxa única sobre o rendimento, aplicada tanto aos rendimentos pessoais como empresariais, combinada com um limiar de isenção ou um subsídio base (Heath, 2006; Fischer & Ferraro, 2019). No sistema proposto por Hall e Rabushka, todos os salários, vencimentos e pensões acima do limiar de isenção seriam tributados por uma taxa marginal única, o que se traduziria no aumento das taxas médias de imposto à medida que os rendimentos do trabalho fossem aumentando (Ventura, 1999). Assim, na prática, esta combinação de uma taxa única de imposto sobre o rendimento com uma dedução fiscal de base, conduz a um regime progressivo, ainda que diferente da noção de progressividade na qual tanto as taxas marginais como as taxas médias vão aumentando com o aumento do rendimento (Ventura, 1999; Fossen, 2009).

Até sensivelmente perto do fim do século XX, só era possível encontrar impostos fixos sobre o rendimento em paraísos fiscais como Hong Kong ou as Ilhas do Canal, como Guernsey e Jersey (Fuest et al., 2008). Todavia, na última década do século XX, os países pobres do leste da Europa que se encontravam sob o regime comunista da União Soviética, ao recuperarem a independência e com o objetivo principal de crescerem economicamente, começaram a adotar sistemas proporcionais relativamente ao imposto sobre o rendimento. A primeira vaga destas

reformas fiscais inicia-se em 1994 na Estónia, seguida pela Lituânia e a Letónia nos anos seguintes, sendo caracterizada por taxas de imposto relativamente elevadas, próximas da taxa marginal mais alta previamente à reforma (Barrios et al., 2020). Com início em 2001, a segunda vaga começa com a reforma fiscal na Rússia, e continua em países como a Sérvia (2003), a Roménia (2005) e a Hungria (2011), sendo caracterizada por taxas de imposto reduzidas, próximas da taxa marginal mais baixa antes da reforma (Barrios et al., 2020). Em menos de quinze anos, a *flat tax* deixou de ser considerada uma alternativa inconcebível, pois embora estas reformas tenham sido executadas apenas nas antigas economias socialistas do leste europeu, o crescimento económico observado nesses países tem gerado a opinião que este conceito pode ser igualmente adotado por países da Europa ocidental (Evans & Aligica, 2008; Peichl, 2009). Por essa razão, juntamente com as restantes vantagens providenciadas por um sistema fiscal proporcional, cada vez mais países europeus, especialmente os que se encontram em dificuldades financeiras e com a economia estagnada, têm vindo a abordar a possibilidade de adotar esta política fiscal (Evans & Aligica, 2008).

2.3.2. Vantagens

Quando se discute uma reforma do imposto sobre o rendimento pessoal, um dos objetivos é a sua simplificação. A simplicidade é entendida como uma característica importante dos sistemas fiscais, uma vez que a complexidade do sistema é em muitos casos considerada uma barreira à equidade e eficiência porque pode permitir aos contribuintes com rendimentos elevados utilizar lacunas fiscais de modo a reduzir a sua carga fiscal (Fuest et al., 2008).

Uma das vantagens da adoção de um sistema fiscal proporcional é precisamente a sua simplicidade administrativa (Evans & Aligica, 2008). Um sistema simples aliado com taxas de imposto baixas traz benefícios em termos de redução de custos de conformidade, de menor necessidade de recorrer a contabilistas e consultores dispendiosos, de compreensão e de minimização dos custos de cobrança ao facilitar o trabalho às autoridades fiscais (Fuest et al., 2008; Heath, 2006). Esta redução de custos poderia potencialmente diminuir a evasão fiscal e a subdeclaração de rendimentos, alargando assim a base tributária (Duncan & Peter, 2010). Contudo, críticos da *flat tax* defendem que não seria necessária uma mudança no sistema de tributação para que se observe um declínio da evasão fiscal e subdeclaração de rendimentos, podendo esta ser atingida através de investimento e melhoria das autoridades fiscais (Popescu et al., 2019). É ainda importante salientar que o efeito de redução de evasão fiscal, que é habitualmente um ponto central nas reformas fiscais em países com economias em desenvolvimento, pode ter menos expressão em países com economias mais desenvolvidas

visto que estes países por norma costumam ter uma menor percentagem de economia paralela e fuga aos impostos (Paulus & Peichl, 2009).

Além das vantagens obtidas pela simplicidade administrativa da *flat tax*, a sua adoção, no caso de ser feita com taxas de imposto baixas, está também associada a um possível aumento significativo da eficiência, do emprego e do crescimento económico através de melhores incentivos (Fischer & Ferraro, 2019; Peichl, 2009; Benczúr et al., 2018). Uma diminuição das taxas de imposto encorajaria o trabalho ao torná-lo mais gratificante, especialmente para os agregados familiares dos escalões de tributação mais elevados, e desencorajaria o tempo de lazer ao aumentar o seu custo de oportunidade (Heath, 2006; Ventura, 1999; Bonga-Bonga & Perold, 2014; Conesa & Krueger, 2006). Importa salientar que taxas marginais inferiores geram não só um aumento da oferta de mão de obra, mas também uma alteração na forma de compensação dos rendimentos, permitindo aos trabalhadores uma retenção superior do seu rendimento e às empresas uma redução dos custos (Feldstein, 1995; Ventura, 1999). Assim, a redução das taxas de imposto deveria ter como consequência o aumento da poupança e do investimento, facilitando o empreendedorismo e a criação de pequenas empresas, que juntamente com uma maior motivação para o trabalho, atração de investimento estrangeiro e imigrantes qualificados levaria a um estímulo da economia (Duncan & Peter, 2010; Skipper & Burton, 2008; Bonga-Bonga & Perold, 2014). Esse estímulo económico proporcionaria mais emprego e consequentemente mais oportunidades de trabalho para todos os cidadãos, o que poderia significar uma maior mobilidade social (Heath, 2006).

Contudo, também há quem defenda que a diminuição das taxas de imposto não levaria a um crescimento económico substancial (Skipper & Burton, 2008). Estes autores afirmam que uma sociedade mais igualitária teria um crescimento económico mais elevado a longo prazo, visto que o investimento em capital humano aumenta a eficiência e que, quanto melhor a redistribuição da riqueza, mais oportunidades terão os cidadãos com menores rendimentos, devido à possibilidade de terem acesso a bens públicos, melhor educação e cuidados de saúde (Aghion et al., 1999; Osberg, 1995). Para além disso, os cidadãos que auferem menor rendimento tendem a demonstrar um grau de desempenho superior em comparação com os que auferem maior rendimento sob um sistema fiscal progressivo (Pántya et al., 2016). Finalmente, é também observado que em países onde já exista muita iniciativa privada e grande parte da população ativa esteja empregada, um regime fiscal proporcional sem ser acompanhado por reformas profundas nos sistemas de educação, trabalho e saúde do Estado, não resultará em diferenças substantivas (Pogátsa, 2009).

2.3.3. Desvantagens

Apesar das vantagens especificadas relativas à adoção de um sistema proporcional, este também contém desvantagens, que do ponto de vista do Fundo Monetário Internacional e de alguns funcionários da União Europeia, são superiores aos benefícios que dele se retiram, razão pela qual o têm criticado, opondo-se ferozmente à ideia deste método de tributação (Voinea, 2013).

Um parecer negativo é a existência de um decréscimo nas receitas do Estado. Não obstante, os autores que defendem a *flat tax* evocam a vantagem do alargamento da base tributária devido ao declínio da evasão fiscal e subdeclaração de rendimentos para demonstrar que o decréscimo seria menor do que o esperado. Adicionalmente, ainda que a curto prazo seja expectável que as receitas sejam, de facto, inferiores, no longo prazo, o efeito dinâmico no crescimento deveria resultar num aumento das receitas fiscais (Heath, 2006).

Outra desvantagem apresentada sobre a tributação proporcional, e considerada por muitos como a principal desvantagem deste sistema, é que esta demonstra um impacto negativo relativamente à distribuição da riqueza, visto que a carga fiscal é suportada maioritariamente pelas pessoas com baixos rendimentos (Ventura, 1999; Barrios et al., 2020; Popescu et al., 2019; Benczúr et al., 2018). Ao contrário da classe média e alta que beneficiam com esta política fiscal no longo prazo, na classe baixa denota-se uma perda considerável dado que o declínio da progressividade dos impostos não consegue ser compensado pelo crescimento económico (Altig et al., 2001). Desta maneira, é esperado que se constate um agravamento das desigualdades, razão pela qual a propagação de uma *flat tax* para países desenvolvidos seja limitada (Paulus & Peichl, 2009; Popescu et al., 2019; Peichl, 2009). Porém, os seus apologistas afirmam que o efeito redistributivo depende da taxa de imposto e das deduções fiscais aplicadas e sugerem que combinações específicas podem originar sistemas de tributação de rendimento pessoal bastante redistributivos. Ainda assim, caso não se estabeleçam deduções fiscais consideráveis ou taxas de imposto baixas, a *flat tax* providencia de facto pouca redistribuição na sociedade (Domonkos, 2016; Paulus & Peichl, 2009). É praticamente consensual entre os autores que a tributação progressiva é a melhor forma de alcançar a igualdade. No entanto, alguns autores como Rawls (1971) defendem que um certo nível de desigualdade é admissível se com essas desigualdades a sociedade como um todo estiver melhor do que estaria sem elas. Aaberge et al. (2004) no seu estudo apresentam uma analogia entre a redistribuição da riqueza e a divisão de um bolo, sugerindo que o sistema progressivo resultaria numa distribuição mais igualitária das fatias, mas um sistema proporcional resultaria num bolo maior.

CAPÍTULO 3

Metodologia

Para construir uma investigação científica, que é um processo organizado e metódico, uma ou mais questões de investigação têm de ser estabelecidas (Merriam, 2009). As questões de investigação declarativas deste estudo são determinar quais as tendências de publicação de artigos científicos e perceber quais as principais conclusões dos principais estudos feitos acerca do tema. Para responder a estas questões, vai ser realizada uma caracterização da investigação através de uma análise bibliométrica, que permite chegar a conclusões acerca das características e tendências dos artigos científicos ao longo dos anos.

Nesta análise bibliométrica vai ser utilizada uma metodologia PRISMA, especialmente desenvolvida para ser aplicada em revisões sistemáticas e meta-análises (Liberati et al., 2009). A metodologia PRISMA serve como uma orientação para ajudar os autores a preparar protocolos, que se destinam a fornecer a fundamentação para a revisão e a abordagem metodológica e analítica, que providenciem um conjunto mínimo de itens a serem incluídos nas revisões sistemáticas e meta-análises (Moher et al., 2015). Nesta investigação foram utilizados alguns itens da metodologia PRISMA, nomeadamente o título, *abstract*, introdução, objetivos, a metodologia adotada e os resultados.

Adicionalmente, para realizar qualquer investigação, é necessário numa fase inicial uma base de conhecimento sólida. Assim, a revisão de literatura foi realizada através de pesquisa de jornais académicos presentes em bases de dados prestigiadas, como o *Scopus* ou em rankings baseados na qualidade da investigação, como é o caso do *Academic Journal Quality Guide 2018*, o que assegura a qualidade da fonte da informação. O foco da revisão de literatura foi a *flat tax*, no entanto esta também inclui uma explicação mais abrangente de tópicos relacionados, como é o caso de sistemas fiscais e impostos progressivos, resultando numa melhor compreensão das bases conceptuais da *flat tax*.

Com a finalização da base teórica, procedeu-se à realização de recolha e análise de dados que ocorreu em três momentos distintos: recolha de dados, identificação dos indicadores bibliométricos e análise dos dados.

3.1. Recolha de Dados

A fase inicial da análise focou-se numa pesquisa na plataforma *Scopus*. O *Scopus* foi escolhido devido a ser uma plataforma que fornece informação de alta qualidade, como por exemplo os metadados para todo o conteúdo indexado que permitem uma pesquisa e recolha de dados de artigos científicos mais precisa e pela sua base de dados ter uma cobertura global de modo a assegurar que informação científica relevante não é omitida (Scopus - Content Coverage Guide, s.d.; Why choose Scopus, s.d.; High-Quality Data, s.d.).

A pesquisa foi filtrada de modo a que as publicações tivessem de apresentar nas suas palavras-chave o termo “*flat tax*” ou que o termo “*flat tax*” estivesse presente no seu título. Importa salientar que a última recolha de dados foi efetuada no final do mês de outubro, de modo a poder ter presente na amostra o maior número possível de publicações em 2021. Assim, com a pesquisa com os filtros acima mencionados obtiveram-se 134 resultados. Posteriormente, foi limitada a amostra a apenas artigos científicos, uma vez que estes são publicados em revistas científicas submetidas a revisão pelos seus pares, garantindo assim a qualidade da publicação. Com esta limitação, a amostra passou a ser de 113 artigos científicos. Por fim, devido à impossibilidade de determinar o autor de 4 artigos, estes foram removidos, ficando-se assim com uma amostra final de 109 artigos.

A recolha da informação relevante para esta investigação foi depois efetuada através da exportação de um documento da plataforma *Scopus* contendo *citation information*, *bibliographical information*, *abstract & keywords*, *funding details* e *other information*.

O processo das limitações impostas e conseguinte definição da amostra encontra-se demonstrado na figura 3.1 e o título, os autores e os anos de publicação dos 109 artigos que dela fazem parte estão representados na tabela 3.2.



Figura 3.1 - Processo de definição da amostra utilizada.

(Fonte: Elaboração Própria)

Tabela 3.1 - Artigos que compõem a amostra utilizada (título, autores e ano de publicação).

Título dos artigos	Autores	Ano de publicação
<i>Flat tax? Maybe not a bad idea after all</i>	Castelluccio, M.	2021
<i>Flat tax: European experiences and Italian Proposals</i>	Baldini, M.; Rizzo, L.	2021
<i>Flat-rate personal income tax in Lithuania, Romania and Hungary: A revolutionary policy</i>	Kovács, B.	2021
<i>Recent research on labor supply: Implications for tax and transfer policy</i>	Kean, M.P.	2021
<i>Taxes and the incentive to work under flat and progressive tax systems in Slovakia</i>	Nadirov, O.; Dehning, B.; Pavelkova, D.	2021
<i>Flat tax system and heterogeneity of self-employment</i>	Safarov, S.; Abdurazzakova, D.	2021
<i>Does the Personal Income Flat Tax fit with Economic Growth and Inequality in Italy?</i>	Socci, C.; D'Andrea, S.; Pretaroli, R.; Severini, F.	2021
<i>The politics of flat taxes</i>	Carroll, D. R.; Dolmas, J.; Young, E. R.	2021
<i>Progressive Tax Reforms in Flat Tax Countries</i>	Barrios, S.; Ivaškaitė-Tamošiūnė, V.; Maftai, A.; Narazani, E.; Varga, J.	2020
<i>Universal basic income with flat tax reform in France</i>	Magnani, R.; Piccoli, L.	2020
<i>Reflections on economic policy</i>	Laffer, A.B.	2020
<i>How Much Does Basic Income Cost? Modelling Basic Income as Universal Life Annuity</i>	Gan, W. C.	2019
<i>Investment expensing and progressivity in flat-tax reforms</i>	Díaz-Giménez, J.; Pijoan-Mas, J.	2019
<i>The end of the flat tax experiment in Slovakia: An evaluation using behavioural microsimulation in a dynamic macroeconomic framework</i>	Horváth, M.; Senaj, M., Siebertová, Z.; Švarda, N.; Valachyová, J.	2019
<i>A proposal for a simple average-based progressive taxation system</i>	Fischer, D.-H.; Ferraro, S.	2019
<i>A briefing for a tax system reform</i>	Visco, V.	2019
<i>Why post-communist countries choose the flat tax: A comparative welfare approach</i>	Ganchev, G.; Tanchev, S.	2019

<i>Flat tax - Could it be really flat?</i>	Ondrejovič, S.	2019
<i>On Italy's flat tax needs and sustainability of the public budget</i>	Mele, M.	2019
<i>The flat tax in the Italian reform policy</i>	Romagnoli, G. C.	2019
<i>The flat tax as a fiscal detoxification therapy. Proposals for its introduction in stages in a rough situation</i>	Forte, F.; Guardabascio, D.	2019
<i>Envelope wages, hidden production and labor productivity</i>	Di Nola, A.; Kocharkov, G.; Vasilev, A.	2019
<i>'Flattening' tax evasion?: Evidence from the post-communist natural experiment</i>	Filer, R. K.; Hanousek, J.; Lichard, T.; Torosyan, K.	2019
<i>Minimum Income and Flat Tax Revisited: A Combined CGE-Microsimulation Analysis for Germany</i>	Schubert, S.	2018
<i>Assessing the economic and social impact of tax and benefit reforms: A general-equilibrium microsimulation approach applied to Hungary</i>	Benczúr, P.; Kátay, G.; Kiss, Á.	2018
<i>How Neoliberal Reforms Lose Their Partisan Identity: Flat Tax Diffusion in Eastern Europe and Post-Soviet Eurasia</i>	Appel, H.	2018
<i>Bifurcation Mechanism Design—From Optimal Flat Taxes to Better Cancer Treatments</i>	Yang, G.; Basanta, D.; Pilouras, G.	2018
<i>Basic income and flat tax: The Italian Scenario</i>	Colombino, U.; Islam, N.	2018
<i>Corporate flat tax reforms and businesses' investment decisions: evidence from Switzerland</i>	Galletta, S.; Redonda, A.	2017
<i>Higher Tax for Top Earners</i>	FitzRoy, F.; Jin, J.	2017
<i>Does a Progressive PIT Stabilize the Economy? A Comparison of Progressive and Flat Taxes</i>	Krajewski, P.; Pilat, K.	2017
<i>Getting the poor to work: Three welfare-increasing reforms for a busy Germany</i>	Jessen, R.; Rostam-Afschar, D.; Steiner, V.	2017
<i>Weak differential monotonicity, flat tax, and basic income</i>	Yokote, K.; Casajus, A.	2017
<i>Labour force participation elasticities and the move away from a flat tax: the case of Slovakia</i>	Senaj, M.; Siebertova, Z.; Svarda, N.; Valachyova, J.	2016
<i>Evaluating the economic effects of flat tax reforms using synthetic control methods</i>	Adhikari, B.; Alm, J.	2016
<i>Work performance and tax compliance in flat and progressive tax systems</i>	Pántya, J.; Kovács, J.; Kogler, C.; Kirchler, E.	2016

<i>Who Wants a Progressive Income Tax?: Determinants of Tax Policy Preferences in Post-socialist Eastern Europe</i>	Domonkos, S.	2016
<i>Differentially monotonic redistribution of income</i>	Casajus, A.	2016
<i>Welfare gains from the adoption of proportional taxation in a general-equilibrium model with a grey economy: the case of Bulgaria's 2008 flat tax reform</i>	Vasilev, A.	2015
<i>Russia's flat tax reform: redefining its effects on employment</i>	Kryvoruchko, I.	2015
<i>Equal taxation as a basis for classifying financial instruments as debt or equity-a Swedish case study</i>	Hilling, A.; Vilhelmsson, A.	2015
<i>Income taxation as a tool of income redistribution</i>	Sabitova, N.M.; Dyudina, M.P.	2015
<i>Reporting import tariffs (and other taxes)</i>	Tonin, M.	2014
<i>Why is "new" europe more neoliberal?: Pension privatization and flat tax in the postcommunist eu member states</i>	Beblavý, M.	2014
<i>A cge simulation of a flat tax as a possibility for tax reform in South Africa</i>	Bonga-Bonga, L.; Perold, M.	2014
<i>Behavioral responses and the distributional effects of the Russian 'flat' tax</i>	Duncan, D.	2014
<i>Revisiting crisis generators in Romania and other new EU member states</i>	Voinea, L.	2013
<i>Ideas Versus Resources: Explaining the Flat Tax and Pension Privatization Revolutions in Eastern Europe and the Former Soviet Union</i>	Appel, H.; Orenstein, M. A.	2013
<i>A "modest" proposal to balance the federal budget</i>	Matthews, R.B	2013
<i>Progressive or "flat" tax -economic and political dilemma</i>	Blechová, B.	2012
<i>The Effect of Taxation on Informal Employment: Evidence from the Russian Flat Tax Reform</i>	Slonimczyk, F.	2012
<i>Tax evasion, minimum wage noncompliance, and informality</i>	Basu, A.K.; Chau, N.H.; Siddique, Z.	2012
<i>A Flat Tax Reform in an Economy with Occupational Choice and Financial Frictions</i>	Boháček, R.; Zubrický, J.	2012

<i>Expected future earnings, taxation, and university enrollment</i>	Fossen, F.M.; Glocker, D.	2011
<i>On the use of some optimal strategies of fiscal administration during economic crisis</i>	Brojba, L.C.; Dumitru, C.G.; Belciug, A.V.	2010
<i>Income tax reform in France: A case study</i>	Cremer, H.; Gahvari, F.; Ladoux, N.	2010
<i>Flat tax reform: The Baltics 2000-2007</i>	Azacis, H.; Gillman, M.	2010
<i>Does labour supply respond to a flat tax?</i>	Duncan, D.; Peter, K.S.	2010
<i>Flat tax and labour taxation - The Czech and Slovak experience</i>	Beblavý, M.	2010
<i>The impact of the flat tax reform on inequality - The case of Romania</i>	Voinea, L.; Mihăescu, F.	2009
<i>Tatra Tiger growth miracle or belated recovery?</i>	Pogátsa, Z.	2009
<i>Effects of flat tax reforms in Western Europe</i>	Paulus, A.; Peichl, A.	2009
<i>Would a flat-rate tax stimulate entrepreneurship in Germany? a behavioural microsimulation analysis allowing for risk</i>	Fossen, F. M.	2009
<i>Myth and reality of flat tax reform Micro estimates of tax evasion response and welfare effects in Russia</i>	Gorodnichenko, Y.; Martínez-Vázquez, J.; Peter, K. S.	2009
<i>Independence between the efficient tax rate and tax progressiveness in the Czech Republic during 1993-2007</i>	Široký, J.; Maková, K.	2009
<i>The benefits and problems of linking micro and macro models - Evidence from a flat tax analysis</i>	Peichl, A.	2009
<i>Flatliners Ideology and rational learning in the adoption of the flat tax</i>	Baturo, A.; Gray, J.	2009
<i>Does a simpler income tax yield more equity and efficiency?</i>	Fuest, C.; Peichl, A.; Schaefer, T.	2008
<i>The "flat tax(es)": Principles and experience</i>	Keen, M.; Kim, Y.; Varsano, R.	2008
<i>Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany</i>	Fuest, C.; Peichl, A.; Schaefer, T.	2008
<i>Ramifications of a flat tax - Shifting the burden to the middle class</i>	Skipper, D.W.; Burton, H.A.	2008
<i>The ups and downs of flatter taxes</i>	Owens, J.	2007
<i>Flat tax experiments</i>	Osterkamp, R.	2007

<i>Non-manipulable division rules in claim problems and generalizations</i>	Ju, B.G.; Miyagawa, E.; Sakai, T.	2007
<i>On the optimal progressivity of the income tax code</i>	Conesa, J.C.; Krueger, D.	2006
<i>Flat tax reforms: A general equilibrium evaluation for Spain</i>	González-Torrabadella, M.; Pijoan-Mas, J.	2006
<i>Russia's flat tax: Myths and facts</i>	Gaddy, C. G.; Gale, W. G.	2006
<i>Une flat tax en Belgique Quelques éclairages sur les principes et les conséquences d'une telle réforme</i>	Valenduc, C.	2006
<i>Quelques éléments d'analyse de la flat tax</i>	Maggiulli, C.; Mors, M.	2006
<i>Taxation: Circling the flat tax</i>	Matlack, C.; Ewing, J.; Bush, J.; Granitsas, A.; Vitzhum, C.	2005
<i>The Russian 'flat tax' reform</i>	Ivanova, A.; Keen, M. J.; Klemm, A.	2005
<i>Growth effects of shifting from a graduated-rate tax system to a flat tax</i>	Cassou, S. P.; Lansing, K. J.	2004
<i>The welfare of investment deductibility under a flat tax</i>	Cugno, F.; Zanola, R.	2002
<i>Can anyone beat the flat tax?</i>	Epstein, R. A.	2002
<i>Financial repression and optimal taxation</i>	Bai, C.E.; Li, D.D.; Qian, Y.; Wang, Y.	2001
<i>The effect of policy objectives, complexity, and self-interest on individuals' comparative fairness judgments of a flat tax</i>	Bobek, D. D.; Hatfield, R. C.	2001
<i>Flat tax proposals: A current review, with a history of the arguments pro and com</i>	Kyj, L. S.; Romeo, G. C.; Marshall, P. S.	2001
<i>The uneasy case for the flat tax</i>	Buckley, F. H.; Rasmusen, E. B.	2000
<i>Ironing Out the Flat Tax</i>	Weisbach, D. A.	2000
<i>Labor supply responses and welfare effects from replacing current tax rules by a flat tax: Empirical evidence from Italy, Norway and Sweden</i>	Aaberge, R.; Colombino, U.; Ström, S.	2000
<i>Feasible implementation of taxation methods</i>	Dagan, N.; Serrano, R.; Volji, O.	1999
<i>Flat tax reform: A quantitative exploration</i>	Ventura, G.	1999
<i>Flat taxes and effective tax planning</i>	Calegari, M. J.	1998
<i>Estimating flat tax incidence and yield: A sensitivity analysis</i>	Dunbar, A.; Pogue, T. F.	1998
<i>Flat taxes and distributional justice</i>	Fougère, M.; Ruggeri, G.C.	1998
<i>Revenue, progressivity, and the flat tax</i>	Ho, M. S.; Stiroh, K. J.	1998

<i>The Complexity of Tax Structure in Competitive Political Systems</i>	Warskett, G.; Winer, S.L.; Hettich, W.	1998
<i>A flat tax without bumpy philanthropy: Decreasing the impact of a "low, single rate" on individual charitable contributions</i>	Davies, R. P.	1997
<i>Flat tax intriguing, but will it fly?</i>	Ichniowski, T.; Schriener, J.	1996
<i>Origins of a flat tax</i>	Bank, S. A.	1996
<i>Is there a simpler, flatter tax in our future?</i>	Penner, R. G.	1996
<i>Presidential hopefuls pump up flat-tax debate.</i>	Weissenstein, E.	1996
<i>A snag in Forbes's flat tax?</i>	Shear, J.	1996
<i>The forbes flat tax</i>	Veramallay, A. I.	1996
<i>An analysis of the distributional effects of replacing the progressive income tax with a flat tax</i>	Iyer, G. S.; Seetharaman, A.; Englebrecht, T. D.	1996
<i>Voting over flat taxes in an endowment economy</i>	Gouveia, M.; Oliver, D.	1996
<i>Flat tax' raises interesting questions.</i>	Pallarito, K.	1995
<i>Treasury's modified flat tax proposal could adversely affect tax-exempt hospitals.</i>	Kapp, R. H.; Sterling, M. A.	1984
<i>Examining flat tax rate proposals The equity issues</i>	Beardsley, G. L.	1984

(Fonte: Elaboração Própria)

3.2. Indicadores Bibliométricos

Após os dados terem sido recolhidos é necessário avaliar a produção científica através de indicadores bibliométricos. A bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística que é utilizada para aferir índices de produção e disseminação do conhecimento, assim como verificar a evolução das várias áreas científicas e as tendências de autoria e publicação (Costa et al., 2012). A avaliação da produção científica é realizada recorrendo-se a diversos indicadores bibliométricos, nomeadamente indicadores de qualidade científica, indicadores de atividade científica, indicadores de impacto científico e indicadores de associações temáticas (Costa et al., 2012).

Os indicadores de qualidade científica baseiam-se na opinião dos pares que analisam as publicações pelo seu conteúdo científico, ou seja, não são passíveis de serem quantificados, pelo que não foram alvo de análise nesta investigação (Costa et al., 2012).

Os indicadores de atividade científica permitem avaliar o grau de atividade ao nível de artigos científicos publicados ao longo do tempo. Para tal, foram analisados os seguintes indicadores: número e distribuição dos trabalhos publicados, a produtividade dos autores, a colaboração na autoria dos trabalhos e a distribuição e colaboração geográfica dos artigos.

Os indicadores de impacto científico permitem avaliar o impacto dos trabalhos e o impacto das fontes. O indicador abordado neste estudo que ajuda a medir o impacto dos trabalhos foi o número de citações feitas aos artigos da amostra em estudo. Já para medir o impacto das fontes, foi avaliada a influência de revistas científicas e o seu fator de impacto através da métrica *CiteScore*.

Os indicadores de associações temáticas permitem que se avalie as características dos artigos. Neste caso foi realizada uma análise às *keywords* dos artigos científicos em estudo.

3.3. Análise dos Dados

De forma a tratar e analisar os dados recolhidos foram utilizados dois *softwares*, *Excel* e *VOSviewer* e utilizadas métricas disponibilizadas pela plataforma *Scopus*. Através do *Excel* foi possível desenvolver um conjunto de tabelas e gráficos, com o intuito de organizar um elevado conjunto de dados e assim simplificar a sua interpretação. O *VOSviewer* possibilitou a produção de mapas de *network* que facilitam a visualização e análise das relações existentes entre os autores, os seus países de afiliação, bem como das *keywords*. Finalmente, através do *Scopus* foram analisadas as métricas *H-Index* e *CiteScore* com o intuito de completar a caracterização de investigação da *flat tax*.

Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados do estudo de caracterização da investigação sobre a “*Flat Tax*”, tendo em consideração os indicadores bibliométricos de atividade científica, de impacto científico e de associações temáticas, bem como uma tabela resumo com as principais conclusões das principais investigações da amostra de estudo.

4.1. Indicadores de Atividade Científica

Os indicadores de atividade científica permitem avaliar o grau de atividade ao nível de artigos científicos publicados ao longo do tempo. Indicadores como a distribuição de artigos publicados, a produtividade dos autores, a colaboração na autoria dos artigos e a distribuição geográfica dos artigos serão analisados nesta investigação nas subsecções seguintes.

4.1.1. Número e distribuição de artigos publicados por ano

Através da figura 4.2 é possível verificar que os artigos científicos observados neste estudo foram publicados entre 1984 e 2021, apresentando um horizonte temporal de 37 anos. No entanto, observou-se que no período entre 1985 e 1994, bem como no ano de 2003, não foram publicados quaisquer artigos na plataforma *Scopus* que respeitem os critérios de pesquisa mencionados no capítulo da Metodologia, diminuindo assim o número de anos em análise para 27 anos. Neste período foram publicados um total de 109 artigos, o que se reflete numa média de 4,04 artigos publicados por ano.

Adicionalmente, é possível observar na mesma figura que em 2019 foram publicados 12 artigos, o que corresponde ao número máximo de artigos publicados no período em análise. Pelo contrário, os anos 1995, 1997, 2004 e 2011 foram aqueles em que menos artigos foram publicados, tendo sido publicado apenas um artigo em cada um destes quatro anos. Outra conclusão que se pode retirar é que o número mais frequente de artigos publicados num ano é 5, facto que aconteceu em 6 anos.

No que toca à evolução ao longo do tempo, verifica-se um aumento dos artigos publicados ao longo das décadas, 2 na de 80, 17 na de 90, 31 na de 2000 e 48 na de 2010, o que demonstra que o interesse pela temática tem vindo a aumentar gradualmente. No início da corrente década, apenas em dois anos, já foram publicados 11 artigos, o que comparando com o início das duas décadas anteriores também revela uma expectativa de aumento do número de artigos

publicados, visto que nestas duas décadas, nos dois primeiros anos, apenas 6 artigos tinham sido publicados.

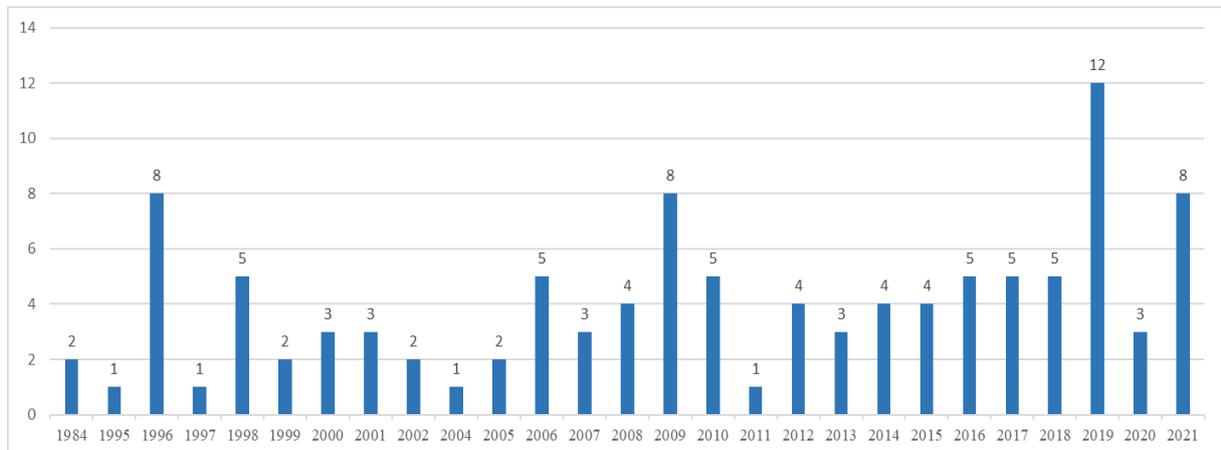


Figura 4.2 - Evolução do número de artigos publicados.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

4.1.2. Produtividade dos autores

Ao analisar a produtividade dos autores é possível concluir sobre quais são os que mais produzem conhecimento relativamente a uma matéria específica, neste caso quais os autores que publicaram mais artigos científicos sobre a “Flat Tax”.

Como anteriormente referido, a amostra deste estudo engloba 109 artigos científicos. Para estas publicações contribuíram um total de 201 autores. Destes, 93% contribuíram apenas com um artigo, enquanto 7% publicaram dois ou mais artigos. A figura 4.3 apresenta graficamente esta informação em valores absolutos.

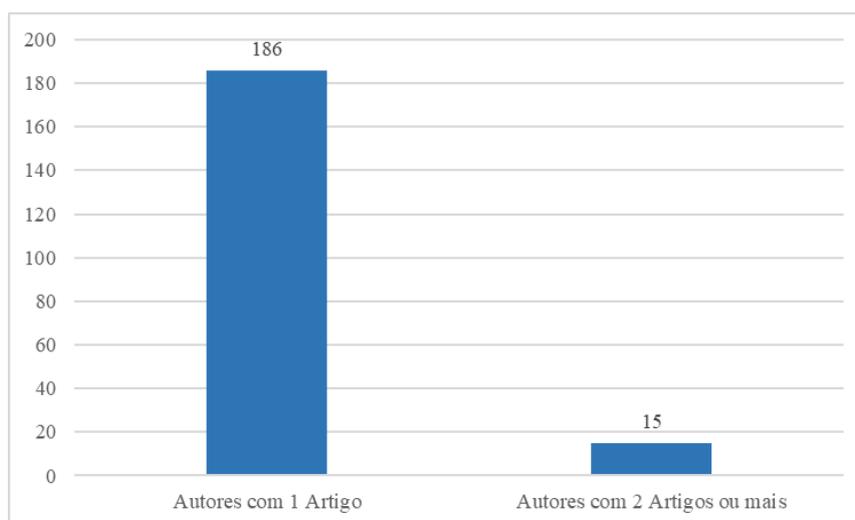


Figura 4.3 - Produtividade dos autores.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

No seguimento da figura 4.3, foi elaborada a tabela 4.2 de forma a detalhar os autores mais produtivos, ou seja, os que publicaram pelo menos dois artigos científicos.

Como se pode verificar através da figura, o autor que mais artigos publicou foi Peichl com 4 artigos publicados, seguido de 14 diferentes autores com 2 artigos publicados cada e os restantes 186 autores com apenas 1 artigo publicado cada um. É então possível concluir que, no que toca a artigos publicados em revistas científicas que estejam na plataforma *Scopus*, não existe um autor que se destaque com muitos artigos escritos acerca do tema, ou seja, o tema em causa é um tema cuja atenção se divide por muitos autores. Este facto leva a que vários tipos de estudos, com diferentes origens, metodologias e pressupostos sejam efetuados, o que pode levar à existência de conclusões muito divergentes.

Tabela 4.2 - Número de artigos publicados por autor.

Autor	Nº de Artigos	%
Peichl, A.	4	1,83%
Fuest, C.	2	0,92%
Schaefer, T.	2	0,92%
Duncan, D.	2	0,92%
Senaj, M.	2	0,92%
Peter, K.S.	2	0,92%
Keen, M	2	0,92%
Pijoan-mas, J.	2	0,92%
Fossen, F.M.	2	0,92%
Voinea, I.	2	0,92%
Appel, H.	2	0,92%
Beblavý, M.	2	0,92%
Casajus, A.	2	0,92%
Colombino, U.	2	0,92%
Vasilev, A.	2	0,92%
Restantes 186 Autores	1	85,32%
TOTAL	218	100,00%

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

4.1.3. Colaboração na autoria dos artigos

A elaboração de um artigo pode ser feita individualmente, envolvendo apenas um autor, ou coletivamente, envolvendo dois ou mais autores. Na figura 4.4 está contemplada um gráfico circular que evidencia a percentagem de artigos elaborados individualmente e coletivamente. É possível constatar que a maioria dos artigos publicados foram escritos de forma coletiva, visto que dos 109 artigos que compõem a amostra deste estudo, 68 tiveram uma autoria coletiva, o

que representa 62% do total de artigos publicados. Os artigos escritos por apenas um autor foram 41, o que representou 38% do total de artigos publicados.

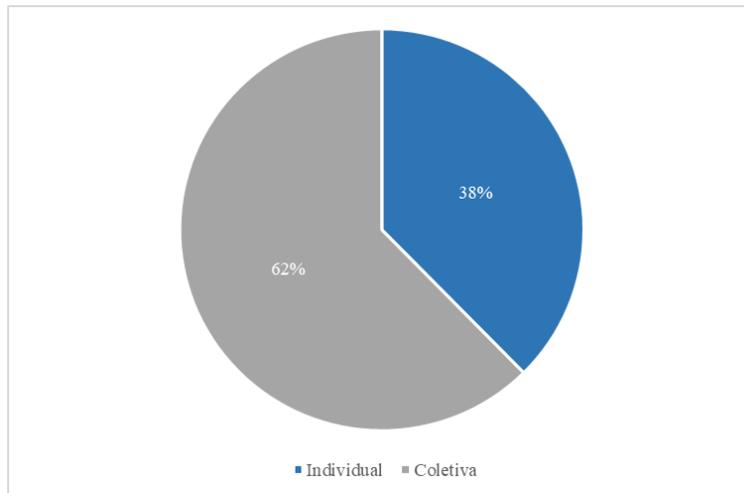


Figura 4.4 - Tipo de autoria.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

Neste seguimento, a figura 4.5 apresenta o número de artigos escritos consoante o número de autores que contribuíram para o desenvolver. Assim, para além dos artigos de autoria individual, está representada a divisão dos artigos que tiveram autoria coletiva, entre artigos com dois, três, quatro ou cinco autores. Os artigos elaborados por dois autores são os que revelam maior expressão, com 40 artigos, seguidos dos artigos elaborados por três autores com 20 artigos. Os artigos que apresentam menor expressão, são os elaborados por 4 e 5 autores, com apenas 5 e 3 artigos respetivamente.

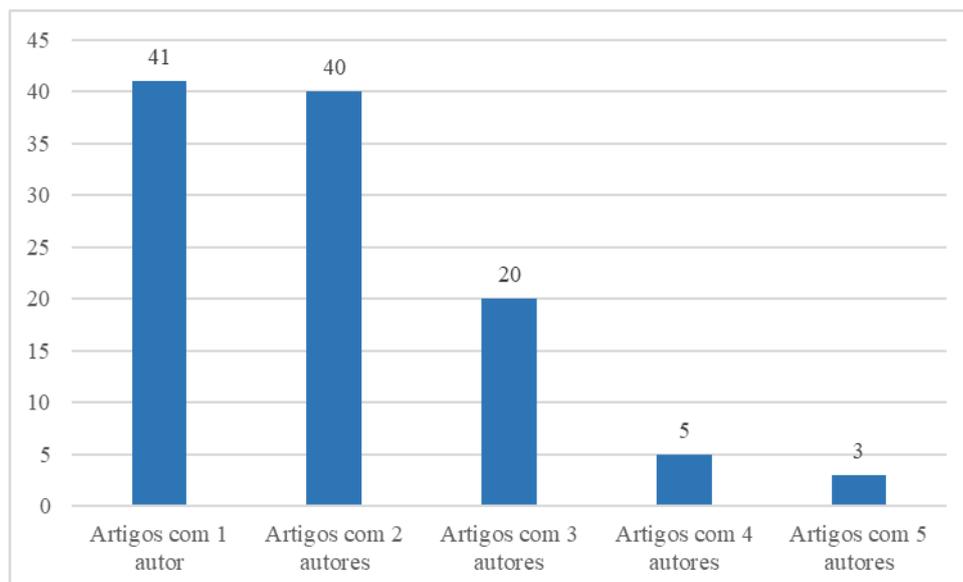


Figura 4.5 - Número de autores por artigo.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

De modo analisar o nível da relação existente entre os autores que mais produziram artigos científicos foi construído um mapa de *network* de coautoria com recurso ao *software VOSviewer*. Neste mapa, os autores são representados por círculos, que são tanto maiores quanto mais artigos esse autor tenha publicado, e a ligação entre autores está representada pelas linhas que os unem, que são tanto mais grossas quanto mais forte for a ligação entre eles.

Na figura 4.6 estão exibidas as ligações entre os autores mais produtivos, neste caso os que contribuíram com 2 ou mais artigos, agrupadas através de *clusters*. Como referido anteriormente, são 15 os autores que contribuíram com pelo menos 2 artigos, sendo que destes, 10 não têm qualquer ligação com outros autores, ou seja, publicaram artigos individualmente. Os restantes 5 autores estão divididos por 2 *clusters*. Um, representado na figura com uma cor verde, composto por 2 autores (Peter, K.S. e Duncan, D.) e outro, representado com uma cor vermelha, composto por 3 autores (Schaefer, T.; Peichl, A. e Fuest, C.). Neste último, cada autor tem uma força de ligação de 2 com os outros dois autores, uma vez que publicaram dois artigos em conjunto, nomeadamente o artigo “*Does a simpler income tax yield more equity and efficiency?*” e o artigo “*Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany*”, ambos em 2008.

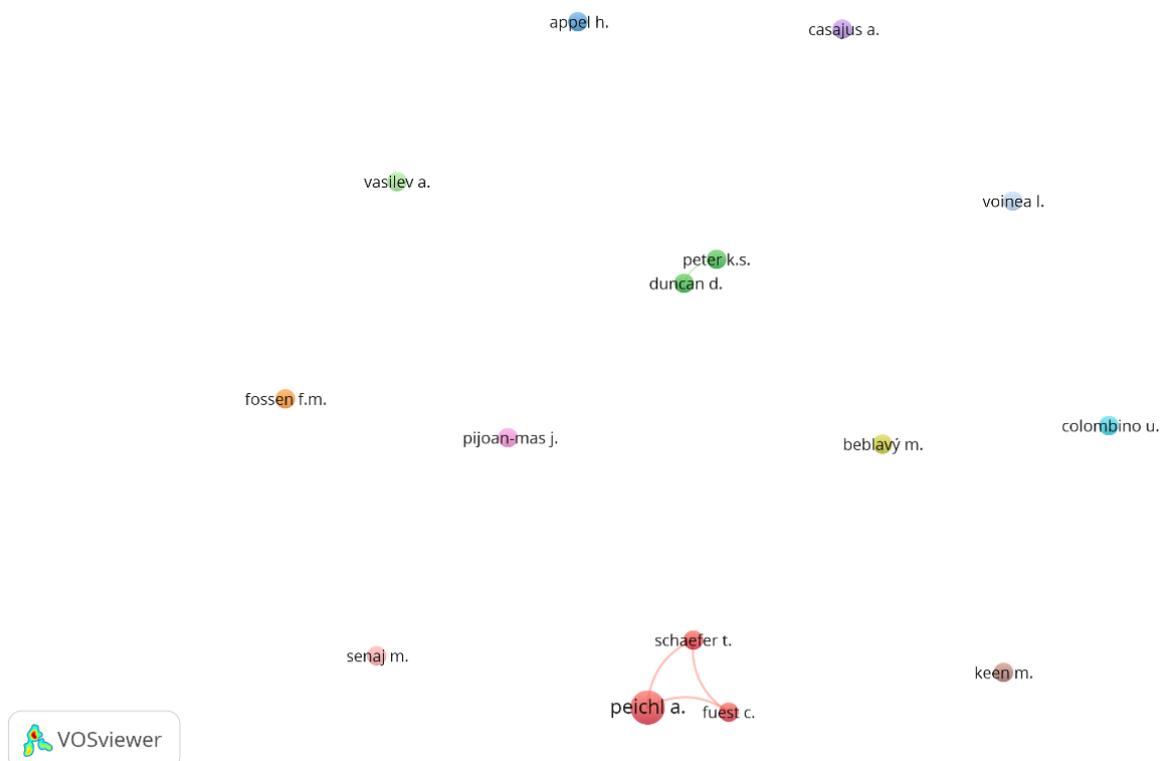


Figura 4.6 - Associações de coautoria dos autores mais produtivos.

(Fonte: Elaboração própria através do *VOSviewer*)

4.1.4. Distribuição e colaboração geográfica

Outro indicador relevante de estudo é a distribuição geográfica dos artigos publicados. Para se abordar esta temática, foi designado a cada autor o país no qual este tenha um vínculo universitário ou se encontre afiliado a outra instituição.

É importante realçar que o número de autores afiliados não é igual ao número de autores que publicaram os artigos que são alvo de análise nesta investigação, uma vez que alguns estão afiliados a mais do que um país e alguns não estão afiliados a nenhum. Assim, embora contribuam para esta investigação 201 autores, considera-se que o número de autores afiliados é de 208.

A partir da tabela 4.3 é possível observar que o estudo engloba artigos escritos por autores afiliados em todos os continentes, exceto a Antártida. O continente que apresenta uma maior expressão é o continente europeu, com 122 autores afiliados, o que representa 58,65% do total de autores afiliados presentes neste estudo. Por outro lado, o continente que revela uma menor expressão é a Oceânia, com apenas 1 autor afiliado na Austrália.

A partir da mesma figura também é possível retirar conclusões acerca dos países nos quais os autores estão afiliados. No total, os autores dos artigos que fazem parte da amostra desta investigação estão afiliados a 35 países. Os Estados Unidos da América (EUA) é o país que evidencia o maior número de artigos publicados, nomeadamente 42, seguido da Alemanha com 17, Reino Unido com 14 e Itália com 10. Contrariamente, existem 12 países com apenas 1 artigo publicado.

É importante salientar que foram adicionados a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, identificados como “Outros” na tabela, uma vez que os autores estavam afiliados a estas organizações e estas não se conseguem associar a nenhum país específico.

Tabela 4.3 - Afiliação dos autores por país.

País/Continte	Número de autores afiliados	% de autores afiliados
África do Sul	2	0,96%
África	2	0,96%
Canadá	6	2,88%
EUA	64	30,77%
América	70	33,65%
China	1	0,48%
Índia	1	0,48%
Hong Kong	2	0,96%
Japão	2	0,96%
Singapura	1	0,48%
Coreia do Sul	1	0,48%
Uzbequistão	1	0,48%
Ásia	9	4,33%
Alemanha	19	9,13%
Áustria	3	1,44%
Azerbaijão	1	0,48%
Bélgica	3	1,44%
Bulgária	3	1,44%
Dinamarca	1	0,48%
Eslováquia	10	4,81%
Espanha	11	5,29%
Estónia	2	0,96%
França	3	1,44%
Geórgia	1	0,48%
Hungria	6	2,88%
Irlanda	1	0,48%
Itália	18	8,65%
Luxemburgo	1	0,48%
Noruega	2	0,96%
Polónia	2	0,96%
Portugal	1	0,48%
Reino Unido	13	6,25%
República Checa	9	4,33%
Roménia	5	2,40%
Rússia	3	1,44%
Suécia	2	0,96%
Suíça	2	0,96%
Europa	122	58,65%
Austrália	1	0,48%
Oceânia	1	0,48%
Comissão Europeia	2	0,96%
Fundo Monetário Internacional	2	0,96%
Outros	2	0,96%
Total	208	100,00%

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

Com o intuito de entender o nível de comunicação entre os países mais influentes nesta investigação, foi construído, através do software *VOSviewer*, um mapa *network* com as colaborações geográficas dos países com pelo menos dois artigos científicos publicados. Importa referir que na figura 4.7 existe um círculo verde, que representa a Hungria, que não está identificado devido à sua proximidade a um círculo de dimensão superior que representa o Reino Unido.

Posto isto, pode-se observar através da figura 4.7, as ligações existentes entre 12 países aos quais estão afiliados autores que escreveram pelo menos dois artigos científicos. Estes 12 países encontram-se agrupados em 4 clusters, registando-se 20 ligações entre eles. A Alemanha, com 8 ligações com outros países (EUA, Japão, França, Espanha, Itália, República Checa, Reino Unido e Hungria) é o país com maior número de associações geográficas, sendo a relação mais forte com o Reino Unido e os Estados Unidos da América, com uma força de ligação de 4 e 2 respetivamente. De seguida, surgem os Estados Unidos da América com 6 ligações (Canadá, Japão, França, Espanha, Alemanha e República Checa) e o Reino Unido com 5 (Alemanha, República Checa, Espanha, Hungria e Eslováquia).

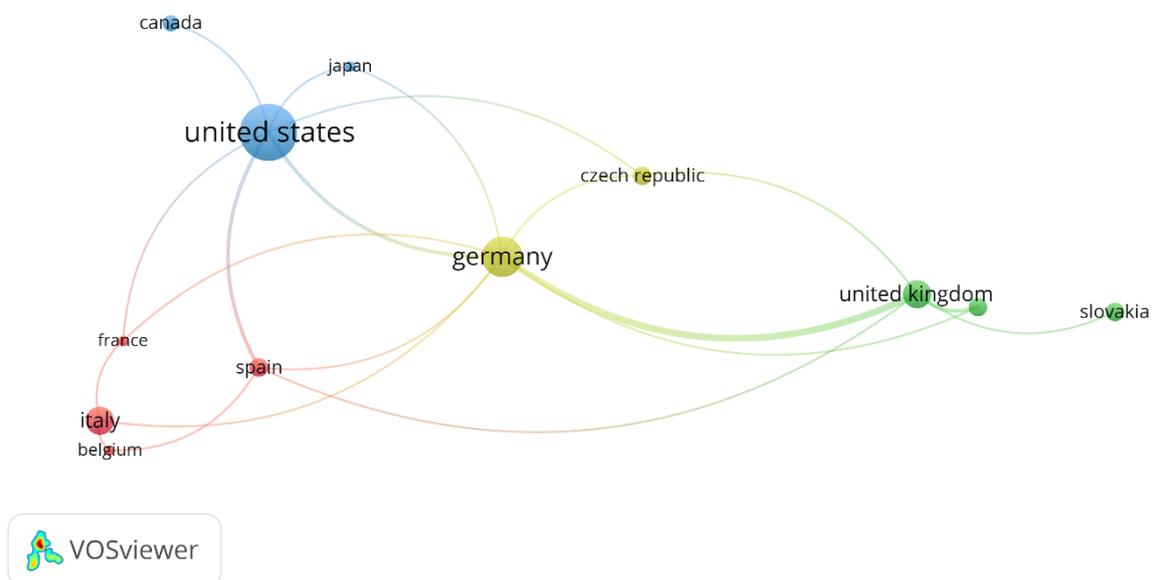


Figura 4.7 - Associações geográficas.

(Fonte: Elaboração própria através do *VOSviewer*)

4.2. Indicadores de Impacto Científico

Os indicadores de impacto científico permitem avaliar o grau de impacto que os artigos têm ao nível científico. Estes podem ser divididos em indicadores de impacto dos trabalhos, como por exemplo o número de vezes que os artigos foram citados, e indicadores de impacto das fontes, como a distribuição dos artigos por revista científica ou por área de investigação, que serão analisados nas subsecções seguintes.

4.2.1. Indicadores de impacto dos trabalhos

O número de vezes que os artigos foram citados é um dos indicadores que se deve analisar no que toca ao impacto dos trabalhos, pois possibilita entender se os artigos da amostra da investigação estão a ser utilizados por outros investigadores e o quanto são relevantes para ciência. Um artigo científico é tão mais relevante, quanto maior for o número de vezes que é citado, já que isso significa que está a servir de fonte de conhecimento para novos artigos científicos.

A análise do indicador foi realizada no dia 24 de outubro de 2021 através da informação contida no ficheiro *csv*, extraído da base de dados *Scopus*. Esta informação é relevante, visto que é expectável que o número de citações aumente à medida que novos artigos forem publicados. Assim, foi construída uma tabela 4.4 com os artigos mais citados, com um mínimo de 10 citações, através da qual é possível constatar que, dentro desta amostra, os artigos mais citados são o “*On the optimal progressivity of the income tax code*” publicado por Conesa, J.C. e Krueger, D. (2006), e o “*Myth and reality of flat tax reform Micro estimates of tax evasion response and welfare effects in Russia*” publicado por Gorodnichenko, Y.; Martínez-Vázquez, J. e Peter, K. S. (2009) com 98 e 85 citações respetivamente, que em conjunto correspondem a mais de 20% do total das citações. Outro dado importante é que 78,14% do total de citações estão concentradas em 21 artigos e que existem 34 artigos que não têm qualquer citação.

Tabela 4.4 - Artigos mais citados.

Artigo	Número de citações	% de citações
<i>On the optimal progressivity of the income tax code</i>	98	10,88%
<i>Myth and reality of flat tax reform Micro estimates of tax evasion response and welfare effects in Russia</i>	85	9,43%
<i>Flat tax reform: A quantitative exploration</i>	68	7,55%
<i>Non-manipulable division rules in claim problems and generalizations</i>	53	5,88%
<i>Ideas Versus Resources: Explaining the Flat Tax and Pension Privatization Revolutions in Eastern Europe and the Former Soviet Union</i>	45	4,99%
<i>The Russian 'flat tax' reform</i>	41	4,55%
<i>The "flat tax(es)": Principles and experience</i>	38	4,22%
<i>Labor supply responses and welfare effects from replacing current tax rules by a flat tax: Empirical evidence from Italy, Norway and Sweden</i>	35	3,88%
<i>Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany</i>	28	3,11%
<i>Effects of flat tax reforms in Western Europe</i>	27	3,00%
<i>Evaluating the economic effects of flat tax reforms using synthetic control methods</i>	25	2,77%
<i>The benefits and problems of linking micro and macro models - Evidence from a flat tax analysis</i>	25	2,77%
<i>Flatliners Ideology and rational learning in the adoption of the flat tax</i>	23	2,55%
<i>The Complexity of Tax Structure in Competitive Political Systems</i>	22	2,44%
<i>Growth effects of shifting from a graduated-rate tax system to a flat tax</i>	21	2,33%
<i>Can anyone beat the flat tax?</i>	14	1,55%
<i>Ironing Out the Flat Tax</i>	14	1,55%
<i>The Effect of Taxation on Informal Employment: Evidence from the Russian Flat Tax Reform</i>	11	1,22%
<i>The impact of the flat tax reform on inequality - The case of Romania</i>	11	1,22%
<i>Would a flat-rate tax stimulate entrepreneurship in germany? a behavioural microsimulation analysis allowing for risk</i>	10	1,11%
<i>Feasible implementation of taxation methods</i>	10	1,11%
Subtotal	704	78,14%
Restantes Artigos	197	21,86%
TOTAL	901	100,00%

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

Adicionalmente, através da figura 4.8 é possível observar o número de citações por ano de publicação dos artigos. Os anos de 1984 e 1995 não apresentam qualquer artigo que tenha sido citado, pelo que não estão presentes na figura. É possível observar que 2009 foi o ano de publicação com maior número de citações, com 187 citações, provenientes de 8 artigos científicos.

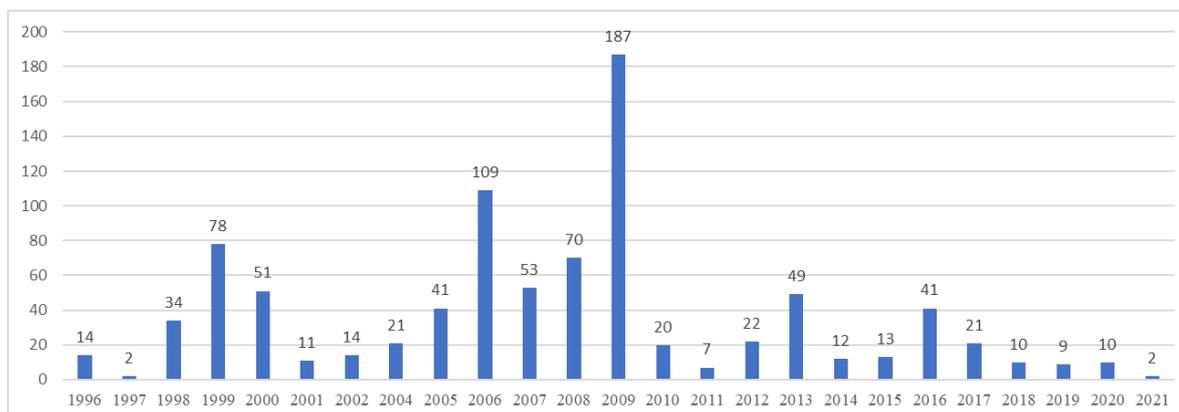


Figura 4.8 - Número de citações aos artigos publicados em cada ano.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base em dados extraídos do *Scopus*)

Procedeu-se ainda à realização de uma análise à evolução anual do número de citações dos artigos. Como se pode observar através da figura 4.9, o primeiro ano no qual se citou um dos artigos da amostra desta investigação foi em 1998. Daí até ao presente ano, apenas em 1999 e 2000 não houve qualquer citação a algum dos artigos. É possível constatar uma tendência positiva na citação dos artigos desde 1998, sendo que 2019, 2020 e 2021 foram os anos em que estes mais foram citados, tendo sido feitas 73, 90 e 102 citações respetivamente. Importa notar que o ano de 2021 ainda não terminou, pelo que o número de citações é provável que aumente, contribuindo ainda mais para a ideia que o interesse pelo tema “*Flat Tax*” tem vindo a aumentar.

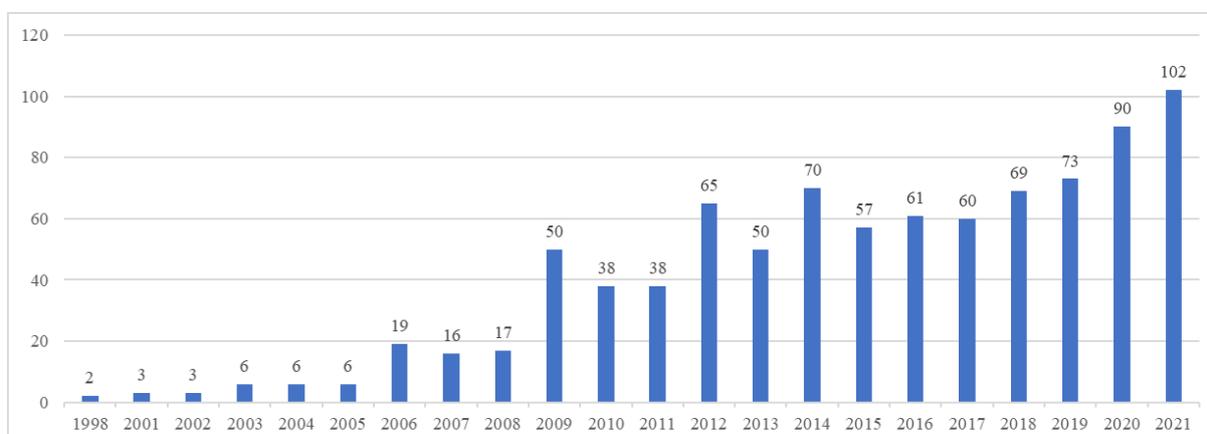


Figura 4.9 - Número de citações por ano.

(Fonte: Elaboração Própria. Com base em dados extraídos do *Scopus*)

Por fim, recorrendo à plataforma *Scopus*, foi também desenvolvida a análise do *H-Index*, uma métrica que tem em conta o número de artigos publicados e as citações a esses artigos de uma forma equilibrada, sendo assim útil para indicar o impacto de um investigador sobre o desenvolvimento do seu campo científico e fazer comparações entre investigadores (Hirsch & Buéla-Casal, 2014). Importa referir que para ser feita esta análise, a métrica requer que o horizonte temporal seja restringido a 15 anos e que a análise pode ser feita a uma única publicação ou a um conjunto de publicações. Assim, optou-se por escolher os 15 anos mais recentes, de 2006 a 2021 e fazer a análise ao conjunto das publicações.

Através da figura 4.10, pode-se concluir que este estudo apresenta um *H-Index* de 16, ou seja, dos 109 artigos científicos que compõem a amostra deste estudo, 16 foram citados pelo menos 16 vezes.

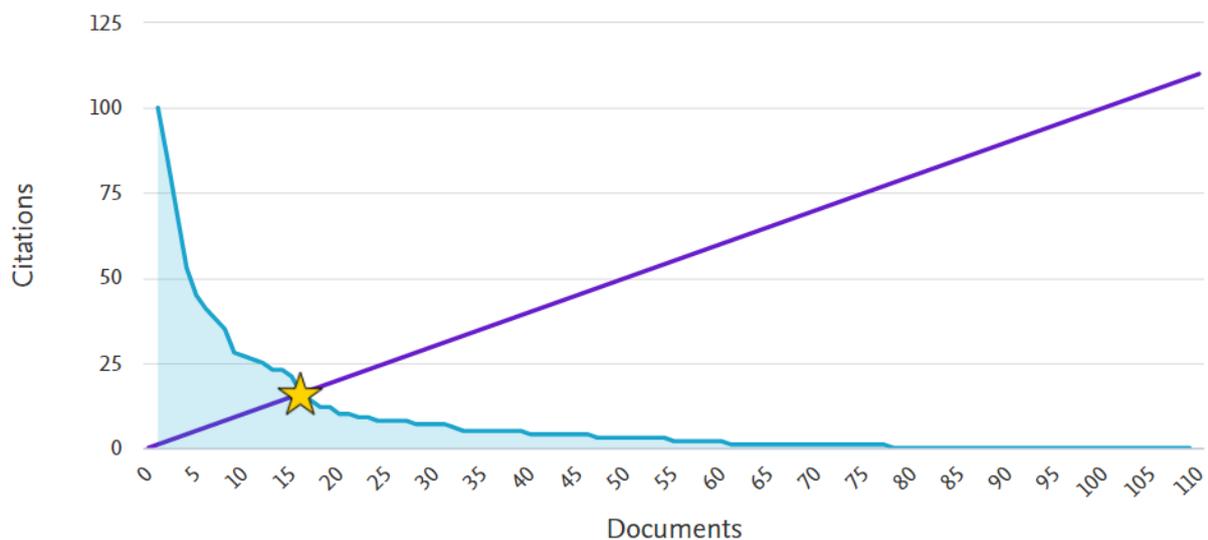


Figura 4.10 - *H-Index* dos artigos científicos que constituem a amostra da investigação.

Fonte: *Scopus*

4.2.2. Indicadores de impacto das fontes

Para aferir o impacto das fontes, é importante realizar uma análise às revistas científicas nas quais os artigos são publicados. Para tal, apurou-se o número de artigos publicados em cada revista. Os 109 artigos em análise foram publicados num total de 85 revistas científicas. Pode-se observar na tabela 4.5 que não existe uma revista que se destaque por ter muitos artigos publicados. A grande maioria, identificadas na figura como “Outras 68 revistas”, têm apenas um artigo publicado. Ainda assim, a revista científica com mais artigos publicados é a

International Tax and Public Finance com 6 artigos, seguida da *Economics Letters* com 4 e da *Journal of Policy Modeling* com 3 artigos publicados.

Tabela 4.5 – Distribuição dos artigos publicados por revista científica.

Revista	Número de artigos publicados	%
<i>International Tax and Public Finance</i>	6	5,50%
<i>Economics Letters</i>	4	3,67%
<i>Journal of Policy Modeling</i>	3	2,75%
<i>Acta Oeconomica</i>	2	1,83%
<i>Atlantic Economic Journal</i>	2	1,83%
<i>CESifo DICE Report</i>	2	1,83%
<i>Economic Modelling</i>	2	1,83%
<i>Eastern European Economics</i>	2	1,83%
<i>Ekonomicky casopis</i>	2	1,83%
<i>FinanzArchiv</i>	2	1,83%
<i>Journal of Applied Business Research</i>	2	1,83%
<i>Modern healthcare</i>	2	1,83%
<i>National Tax Journal</i>	2	1,83%
<i>Notizie di Politeia</i>	2	1,83%
<i>Reflets et Perspectives de la Vie Economique</i>	2	1,83%
<i>Research in Labor Economics</i>	2	1,83%
<i>Romanian Journal of Economic Forecasting</i>	2	1,83%
Outras 68 revistas	1	62,39%
TOTAL	109	100,00%

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

Outra métrica que se pode analisar para se perceber a relevância e importância das revistas científicas é o *CiteScore*. O *CiteScore* é uma métrica de avaliação do impacto das revistas científicas que se calcula dividindo o número de citações num período de 3 anos pelo número de documentos publicados no mesmo período. Entre os documentos publicados encontram-se artigos científicos, documentos de conferências, capítulos de livros, *reviews* e *data papers*. Assim, o *CiteScore* indica o número médio de citações por documento publicado num período de três anos, o que reflete se os documentos produzidos por uma revista científica são mais ou menos publicados, o que ajuda na sua avaliação, pois quanto maior o impacto de uma revista melhor é a percepção sobre a sua qualidade.

Na figura 4.6 pode observar-se as cinco revistas científicas com o valor do *CiteScore* mais elevado, bem como as três revistas que com mais artigos contribuíram para a amostra deste estudo. O *Journal of Political Economy* e o *Economic Policy* são as revistas que apresentam um *CiteScore* maior, 10,9, o que significa que em média, cada documento por elas publicado

foi citado 10,9 vezes. Já as revistas que mais contribuíram com artigos para a amostra desta investigação, como a *Journal of Policy Modeling*, a *Economic Letters*, que é a revista com mais documentos produzidos entre 2017 e 2019 e a *International Tax and Public Finance*, têm um *CiteScore* mais baixo, o que sugere que são revistas com um impacto inferior às restantes.

Tabela 4.6 - Top 5 revistas com maior fator de impacto *CiteScore* e top 3 revistas com maior número de artigos publicados.

Revista	Número de Artigos Publicados	<i>CiteScore</i>	Percentil	Citações 2017-2020	Documentos 2017-2020	% de Citações
<i>Journal of Political Economy</i>	1	10,9	97%	3023	277	86%
<i>Economic Policy</i>	1	10,9	97%	459	42	81%
<i>European Journal of Political Research</i>	1	6,4	96%	1237	193	88%
<i>Comparative Political Studies</i>	1	6,3	96%	1626	259	84%
<i>Economic Journal</i>	1	5,9	90%	2486	424	80%
<i>Journal of Policy Modeling</i>	3	3,5	78%	1013	291	70%
<i>Economics Letters</i>	4	2,7	70%	4483	1640	50%
<i>International Tax and Public Finance</i>	6	1,7	51%	326	195	60%

(Fonte: Elaboração própria. Com base em dados extraídos do *Scopus*)

Por fim, é também importante realizar-se uma análise às áreas de estudo nas quais os artigos científicos se enquadram. Os artigos científicos presentes nesta investigação estão inseridos em diversas áreas de estudo. Importa referir que existem artigos que se enquadram em mais do que uma dessas áreas, pelo que o número de artigos considerados é de 162 e não 109. Assim, como se pode ver na tabela 4.7 há três áreas de destaque, “*Social Sciences*” e “*Business, Management and Accounting*” com 29 artigos cada uma e especialmente “*Economics, Econometrics and Finance*” com 87 artigos. As restantes áreas com menor expressão são “*Arts and Humanities*”, “*Medicine*”, “*Mathematics*”, “*Decision Sciences*”, “*Engineering*”, “*Environmental Science*” e “*Psychology*”, como se pode observar na figura abaixo.

Tabela 4.7 - Distribuição dos artigos por área de estudo.

Área de Investigação	Número de artigos publicados	% de artigos publicados por área de investigação
<i>Economics, Econometrics and Finance</i>	86	53,09%
<i>Business, Management and Accounting</i>	29	17,90%
<i>Social Sciences</i>	29	17,90%
<i>Arts and Humanities</i>	7	4,32%
<i>Medicine</i>	5	3,09%
<i>Mathematics</i>	2	1,23%
<i>Decision Sciences</i>	1	0,62%
<i>Engineering</i>	1	0,62%
<i>Environmental Science</i>	1	0,62%
<i>Psychology</i>	1	0,62%
Total	162	100%

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

4.3. Indicadores de associações temáticas

A análise de *keywords* é um dos principais indicadores de associações temáticas. As *keywords* requerem uma análise cuidada, de modo a que se possa entender quais são as temáticas relacionadas com “*Flat Tax*” que mais são alvo de investigação por parte dos autores dos artigos científicos. Mais uma vez, a partir do *software VOSviewer*, foi elaborado um mapa *network* com as principais *keywords* usadas pelos autores, de forma a ajudar a compreender a interligação entre estas. Tal como nos mapas *network* anteriores, as *keywords* são representadas por círculos, que são tanto maiores quanto mais vezes essa *keyword* tenha sido utilizada nos artigos científicos publicados, e a ligação entre elas está representada pelas linhas que as unem, que são tanto mais grossas quanto mais forte for essa ligação. Importa também salientar que quanto mais próximos estiverem os círculos, mais forte é a sua relação. Foram assim seleccionadas para este mapa, as *keywords* que estão presentes em 3 ou mais artigos científicos. Das 322 *keywords* existentes nos artigos, apenas 38 cumprem este requisito.

Através da figura 4.11 é possível observar que, naturalmente, a *keyword* que em mais artigos aparece é “*flat tax*”. Seguidamente, “*tax reform*” e “*tax system*” são os termos que mais vezes aparecem como *keywords* nos artigos, 14 e 12 vezes respetivamente, sugerindo que os principais temas em análise no que toca a artigos relacionados com a *flat tax* são a análise dos sistemas de tributação, bem como de reformas e possíveis reformas fiscais.

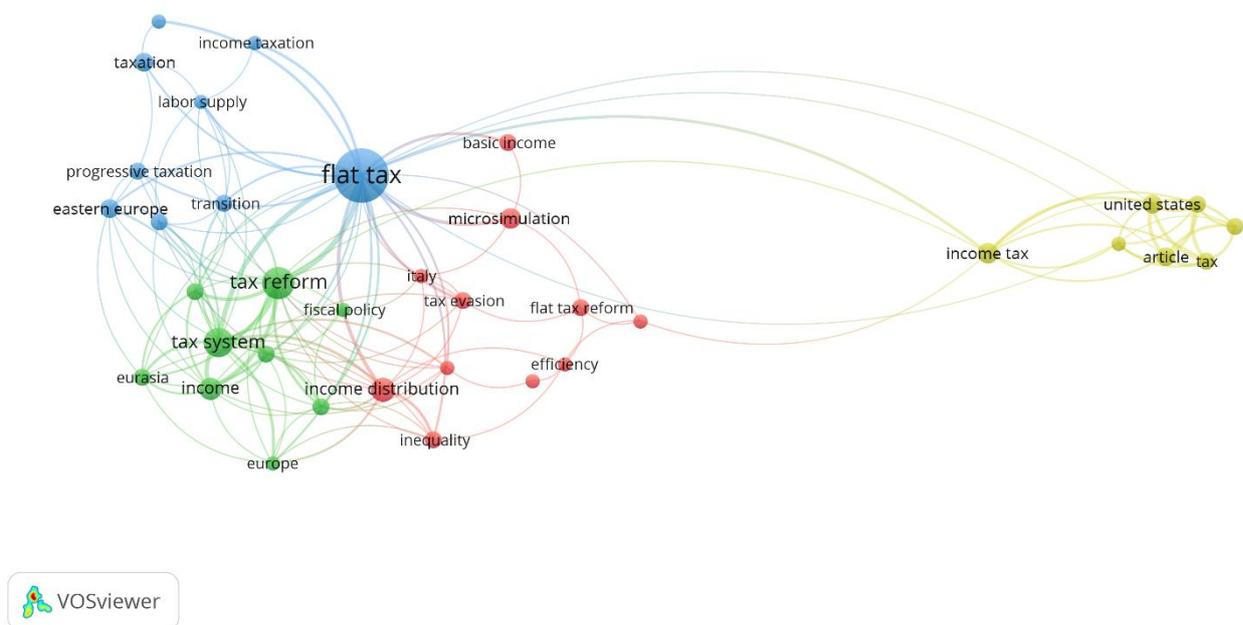


Figura 4.11 - Associação das keywords utilizadas nos artigos.

(Fonte: Elaboração própria através do *VOSviewer*)

4.4. Tabela com as conclusões dos principais artigos

Por fim, foi desenvolvida uma tabela resumo de modo a agrupar as principais conclusões dos principais artigos com mais de 5 citações que fazem parte da amostra deste estudo com o intuito de facilitar o estudo do tema e servir de base para investigações futuras.

Tabela 4.8 - Objetivos e conclusões dos principais artigos da amostra.

Título do Artigo	Objetivos do Estudo	Conclusões
<i>On the optimal progressivity of the income tax code</i>	Calcular a progressividade ótima do imposto sobre o rendimento dos EUA.	O imposto sobre o rendimento ideal dos EUA seria uma <i>flat tax</i> de 17,2% e uma dedução fixa de cerca de \$9.400.
<i>Myth and reality of flat tax reform Micro estimates of tax evasion response and welfare effects in Russia</i>	Examinar os efeitos da reforma fiscal russa em 2001, na qual se introduziu uma <i>flat tax</i> sobre o rendimento, no consumo, no rendimento e na evasão fiscal.	Mudanças significativas na evasão fiscal estão associadas a mudanças no cumprimento voluntário; A resposta de produtividade dos contribuintes à reforma fiscal é pequena em relação à resposta de evasão fiscal.
<i>Flat tax reform: A quantitative exploration</i>	Explorar uma reforma fiscal, neutra em termos de receitas, na qual a atual estrutura do imposto sobre o rendimento e rendimentos de capital nos EUA é substituída por uma <i>flat tax</i> .	A eliminação da tributação efetiva dos rendimentos de capital tem um efeito importante e positivo na acumulação de capital; as distribuições de lucros, rendimentos e especialmente a riqueza tornam-se mais concentradas.
<i>Ideas Versus Resources: Explaining the Flat Tax and Pension Privatization Revolutions in Eastern Europe and the Former Soviet Union</i>	Examinar a rápida propagação da privatização das pensões e da <i>flat tax</i> nos antigos países comunistas com o intuito de compreender qual o papel desempenhado pelos recursos materiais na difusão de novas ideias políticas.	Os recursos materiais podem acelerar a difusão de ideias políticas e encorajar a sua adoção em estados maiores, mas não são necessários. As redes políticas, munidas de ideias, conseguem difundir rapidamente as reformas em ambientes competitivos mesmo na ausência de recursos financeiros significativos.

<p><i>The Russian 'flat tax' reform</i></p>	<p>Perceber se o forte aumento das receitas do imposto sobre o rendimento foi em si uma consequência da reforma da <i>flat tax</i> na Rússia.</p>	<p>Não há provas de um forte efeito da reforma no que diz respeito à oferta. No entanto, o cumprimento fiscal parece ter melhorado bastante - cerca de um terço, de acordo com as estimativas - embora continue a não ser claro se tal se deveu à reforma fiscal ou às mudanças na imposição da lei.</p>
<p><i>The "flat tax(es)": Principles and experience</i></p>	<p>Rever a experiência com as <i>flat tax</i> que têm sido adotadas em muitos países nos últimos anos.</p>	<p>Não há sinal que respostas comportamentais do tipo Laffer gerem aumentos de receitas a partir dos elementos de redução de impostos destas reformas; o seu impacto no cumprimento fiscal é teoricamente ambíguo, mas há provas que o cumprimento melhorou; os efeitos distributivos podem ter aumentado a progressividade; A adoção da <i>flat tax</i> não resolveu os desafios na tributação dos rendimentos de capital.</p>
<p><i>Labor supply responses and welfare effects from replacing current tax rules by a flat tax: Empirical evidence from Italy, Norway and Sweden</i></p>	<p>Examinar as respostas da oferta de trabalho e os efeitos sociais da substituição dos atuais sistemas fiscais em Itália, Noruega e Suécia por uma <i>flat tax</i> sobre o rendimento total.</p>	<p>Os custos de eficiência do imposto atual relativamente a uma <i>flat tax</i> podem ser bastante elevados na Noruega e muito mais baixos, mas positivo, na Itália e Suécia. Nos três países, famílias "ricas" - definidas pelos seus rendimentos pré-reforma - tendem a beneficiar mais do que as famílias "pobres". Em Itália e na Suécia, uma maioria ficaria a perder com uma mudança para uma <i>flat tax</i>, enquanto na Noruega se prevê que uma maioria fique a ganhar com a mudança.</p>

<p><i>Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany</i></p>	<p>Analisar os efeitos de reformas fiscais de uma <i>flat tax</i>, neutra a nível de receitas, em matéria de equidade e eficiência para o caso da Alemanha.</p>	<p>Devido aos seus efeitos de eficiência limitados e ao seu impacto distributivo problemático, é pouco provável que estas reformas fiscais se repercutam nas democracias adultas da Europa Ocidental.</p>
<p><i>Effects of flat tax reforms in Western Europe</i></p>	<p>Perceber se existe margem para uma reforma política ao nível de uma <i>flat tax</i> também na Europa Ocidental.</p>	<p>Em circunstâncias específicas, estas reformas fiscais podem aumentar a igualdade de rendimentos e melhorar os incentivos ao trabalho; contudo, na maioria dos casos, existe uma contrapartida entre a eficiência e equidade.</p>
<p><i>Evaluating the economic effects of flat tax reforms using synthetic control methods</i></p>	<p>Analisar o impacto da reforma fiscal de uma <i>flat tax</i> sobre os rendimentos nos oito países da Europa de Leste e Europa Central que adotaram entre 1994 e 2005.</p>	<p>Encontram-se impactos económicos positivos em todos os oito países, em variáveis como por exemplo o PIB <i>per capita</i> e o emprego. Ainda assim, os impactos diferem entre países que adotaram a <i>flat tax</i> numa primeira onda de reformas, e os que adotaram numa segunda onda, sendo os impactos superiores nos primeiros.</p>
<p><i>The benefits and problems of linking micro and macro models - Evidence from a flat tax analysis</i></p>	<p>Descrever a última geração de análises de simulação e ilustrar os benefícios e problemas de ligar modelos micro e macro através da análise de propostas de reforma fiscal com o intuito de introduzir uma <i>flat tax</i> na Alemanha.</p>	<p>Uma <i>flat tax</i> sobre o rendimento das pessoas singulares pode, de facto, ultrapassar o compromisso fundamental de eficiência da equidade, aumentando simultaneamente as receitas fiscais. No entanto, esta conclusão não é válida para uma <i>flat tax</i> que combine uma <i>flat tax</i> sobre o rendimento das pessoas singulares com uma <i>flat tax</i> sobre o fluxo de caixa das empresas.</p>

<p><i>Flatliners Ideology and rational learning in the adoption of the flat tax</i></p>	<p>Compreender que fatores explicam a onda de adoção da <i>flat tax</i> na Europa de Leste.</p>	<p>A onda de adoção da <i>flat tax</i> advém da aprendizagem racional, onde governos economicamente de direita avaliaram o sucesso da reforma (medido pela sua capacidade de atrair investimento estrangeiro) a médio prazo. A emulação racional num período mais curto contribui também para a probabilidade de adoção, tal como uma mudança para uma ideologia economicamente liberal.</p>
<p><i>The Complexity of Tax Structure in Competitive Political Systems</i></p>	<p>Explorar a natureza da complexidade fiscal em sistemas políticos competitivos.</p>	<p>Sistemas fiscais simples (tais como uma <i>flat tax</i>) não são compatíveis com uma concorrência política vigorosa.</p>
<p><i>Growth effects of shifting from a graduated-rate tax system to a flat tax</i></p>	<p>Avaliar os efeitos de crescimento da mudança de um sistema fiscal progressivo para uma <i>flat tax</i>.</p>	<p>As provas empíricas relativas às ligações entre a política fiscal e o crescimento a longo prazo são algo inconclusivas. Os efeitos de crescimento dos impostos são sensíveis à escolha dos valores dos parâmetros. Em particular, a elasticidade da oferta de trabalho tem um impacto substantivo nas implicações da reforma em termos de crescimento.</p>
<p><i>Can anyone beat the flat tax?</i></p>	<p>Avaliar se os impostos proporcionais são justos e perceber se pode existir uma alternativa superior.</p>	<p>A <i>flat tax</i> pode talvez ser inferior ao sistema ideal de tributação progressiva, se fosse possível determinar o que o sistema ideal é. Como não é, a <i>flat tax</i> oferece uma robusta segunda melhor escolha para as finanças públicas, que, num mundo imperfeito, conta como a melhor escolha.</p>

<p><i>Ironing Out the Flat Tax</i></p>	<p>Preencher a lacuna da falta de detalhes de como se pode implementar uma <i>flat tax</i>, tendo em consideração questões acerca da sua conceção.</p>	<p>O regime será complexo e difícil de implementar, embora ainda um pouco mais simples do que o que se encontra em vigor.</p>
<p><i>The Effect of Taxation on Informal Employment: Evidence from the Russian Flat Tax Reform</i></p>	<p>Estudar o efeito da reforma fiscal Russa no emprego informal.</p>	<p>A reforma fiscal levou a uma redução significativa na fração de trabalhadores informais. A reforma parece ter tido o efeito mais forte na prevalência de atividades irregulares informais. É também documentada a existência de efeitos mais fortes sobre os indivíduos que beneficiaram das maiores reduções nas taxas de impostos. A forte resposta à reforma fiscal apoia a hipótese de que os mercados de trabalho informal e formal estão bem integrados.</p>
<p><i>The impact of the flat tax reform on inequality - The case of Romania</i></p>	<p>Perceber qual o impacto da <i>flat tax</i> na desigualdade na Roménia.</p>	<p>Os indicadores de desigualdade mostram um aumento da desigualdade causado pela <i>flat tax</i>.</p>
<p><i>Would a flat-rate tax stimulate entrepreneurship in germany? a behavioural microsimulation analysis allowing for risk</i></p>	<p>Estimar os efeitos ex-ante da reforma fiscal alemã de 2000 e de dois cenários hipotéticos de uma <i>flat tax</i> sobre entradas e saídas de trabalho independente com base num modelo de micro-simulação estrutural com taxas de transição sob risco estimadas econometricamente.</p>	<p>Os sistemas fiscais mais <i>flat</i> não encorajam as pessoas a escolher o trabalho independente, pelo contrário, desencorajam-nas de o fazer.</p>

<p><i>Welfare gains from the adoption of proportional taxation in a general-equilibrium model with a grey economy: the case of Bulgaria's 2008 flat tax reform</i></p>	<p>Fornecer uma avaliação quantitativa do efeito de bem-estar resultante da introdução da tributação proporcional na Bulgária em 2008, um efeito que funciona através do canal da economia cinzenta.</p>	<p>O imposto efetivo mais baixo no novo regime fiscal produz uma deslocalização de pessoas para o sector oficial, estimula o investimento e aumenta a produção e o consumo. Sob uma <i>flat tax</i>, a dimensão do sector informal é menor.</p>
<p><i>Flat tax reform: The Baltics 2000-2007</i></p>	<p>Compreender como um sistema de <i>flat tax</i> equilibrada, ou um movimento nesse sentido, pode ser ótimo, tal como foi aplicado à reforma fiscal nas economias bálticas de 2000 a 2007.</p>	<p><i>Flat taxes</i> iguais sobre o rendimento pessoal e empresarial teriam aumentado mais o bem-estar nos três países do que as reformas atuais. Um movimento para que haja um equilíbrio entre as taxas de imposto sobre o trabalho e o capital, através da alteração de apenas uma taxa, consegue ganhos de utilidade tão ou mais elevados do que as reformas atuais.</p>
<p><i>Getting the poor to work: Three welfare-increasing reforms for a busy Germany</i></p>	<p>Estudar três reformas, orçamentalmente neutras, do sistema fiscal e de transferências alemão destinadas a melhorar os incentivos ao trabalho para as pessoas com baixos rendimentos.</p>	<p>As três reformas reduzem a oferta de mão-de-obra no primeiro decil da distribuição de rendimentos. O cenário de <i>flat tax</i> reduz a oferta global de mão-de-obra em cerca de 5%; a reforma concebida para aumentar a participação reduz a oferta de mão-de-obra em 1%; a reforma que fornece incentivos para trabalhar a tempo inteiro tem efeitos negligenciáveis na oferta global de mão-de-obra.</p>

<p><i>Does labour supply respond to a flat tax?</i></p>	<p>Identificar o efeito dos impostos sobre a oferta de trabalho de homens e mulheres.</p>	<p>A reforma fiscal levou a um aumento estatisticamente significativo das horas de trabalho dos homens, mas não teve qualquer efeito nas horas de trabalho das mulheres; A reforma aumentou a probabilidade de encontrar um emprego tanto entre homens como entre mulheres.</p>
<p><i>Estimating flat tax incidence and yield: A sensitivity analysis</i></p>	<p>Estimar os efeitos distributivos da substituição de impostos federais sobre o rendimento existentes por uma <i>flat tax</i>, tal como proposta pelo Representante Richard Arme y e o Senador Richard Shelby.</p>	<p>A mudança para a <i>flat tax</i> proposta aumentaria a carga fiscal da maioria dos contribuintes e redistribuiria significativamente a carga fiscal, principalmente do decil superior para outros contribuintes. No caso da <i>flat tax</i> ser modificada para se tornar mais progressiva, embora os ganhos do decil superior serem reduzidos, este padrão de redistribuição persiste.</p>
<p><i>Assessing the economic and social impact of tax and benefit reforms: A general-equilibrium microsimulation approach applied to Hungary</i></p>	<p>Avaliar as consequências macroeconómicas, fiscais e distributivas a longo prazo das reformas fiscais e de benefícios na Hungria.</p>	<p>A reforma fiscal da Hungria pode ter impulsionado a produção ao melhorar os incentivos ao trabalho dos trabalhadores com salários altos (ao longo da margem intensiva), mas reduziu os incentivos ao trabalho e os níveis de emprego dos trabalhadores com salários baixos. Verifica-se que as medidas políticas introduzidas desde 2008 aumentam substancialmente a desigualdade de rendimentos.</p>

<p><i>Behavioral responses and the distributional effects of the Russian 'flat' tax</i></p>	<p>Simular o impacto distributivo do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares russo na sequência da reforma fiscal de 2001 que levou à introdução de uma <i>flat tax</i>, utilizando dados do Inquérito de Acompanhamento Longitudinal Russo.</p>	<p>O efeito dos impostos diretos aumentou a desigualdade de rendimentos líquidos. Por outro lado, as alterações na distribuição antes de impostos (efeito indireto), tiveram um grande impacto negativo na desigualdade, levando assim a um declínio global da desigualdade do rendimento líquido. Em relação ao fator não fiscal, a reforma teve pouco efeito global sobre desigualdade de rendimentos, o que sugere que a objeção, com base na desigualdade de rendimentos, a estruturas fiscais mais <i>flat</i> é sobretudo mal formada, especialmente em países em transição com elevados níveis de evasão.</p>
<p><i>Expected future earnings, taxation, and university enrollment</i></p>	<p>Estimar o impacto dos impostos no processo de inscrição na universidade.</p>	<p>Um cenário de uma <i>flat tax</i>, neutra em termos de receitas, com uma dedução fiscal de base inalterada, aumentaria significativamente a probabilidade acumulada de inscrição na universidade para os diplomados do ensino secundário do sexo masculino em 1,8 pontos percentuais (5 anos após a sua graduação no ensino secundário), o que corresponde a um aumento relativo de 3,1%.</p>

<p><i>Flat tax reforms: A general equilibrium evaluation for Spain</i></p>	<p>Quantificar as implicações agregadas e distributivas de uma matriz de reformas fiscais com o intuito de introduzir uma <i>flat tax</i>, neutra em termos de receitas, em Espanha.</p>	<p>Uma <i>flat tax</i> com imposto marginal de 23,11% e uma dedução fixa igual a 30% do rendimento <i>per capita</i> irá produzir aumentos na produção agregada, no consumo agregado e na produtividade laboral igual a 5,1%, 4,8% e 2,8% respetivamente; Este tipo de reformas também geram aumentos nos índices de Gini dos rendimentos após impostos e de consumo; A reforma proposta reduz a fatura fiscal das pessoas que fazem parte dos 60% com rendimentos mais baixos; O nível de consumo das pessoas que fazem parte dos 20% com rendimentos mais baixos desce 1,6%.</p>
<p><i>Progressive Tax Reforms in Flat Tax Countries</i></p>	<p>Analisar os efeitos de uma mudança de um sistema fiscal proporcional para um sistema fiscal progressivo.</p>	<p>Uma redução da desigualdade de rendimentos pode ser alcançada com um impacto positivo, embora negligenciável, no emprego e no crescimento.</p>
<p><i>Universal basic income with flat tax reform in France</i></p>	<p>Avaliar os efeitos de uma reforma fiscal, neutra em termos de receitas, introduzindo um regime de rendimento básico universal associado a um <i>flat tax</i> sobre o rendimento que substitui o atual subsídio de rendimento mínimo, várias outras prestações condicionais e o atual imposto progressivo sobre o rendimento.</p>	<p>A reforma induz não só uma redução significativa das desigualdades de rendimentos e da pobreza, mas também um efeito ligeiramente positivo a nível macroeconómico.</p>

<p><i>Does a Progressive PIT Stabilize the Economy? A Comparison of Progressive and Flat Taxes</i></p>	<p>Examinar o impacto das taxas progressivas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e a eficácia deste imposto como um imposto estabilizador económico automático.</p>	<p>O imposto analisado atua de forma relativamente eficiente como um estabilizador automático. Contudo, observou-se também que a progressividade do imposto não é a principal razão da eficácia de um imposto sobre o rendimento das pessoas singulares progressivo como estabilizador automático. O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares atua como estabilizador automático principalmente devido à sensibilidade do emprego em relação às flutuações do PIB.</p>
<p><i>Who Wants a Progressive Income Tax?: Determinants of Tax Policy Preferences in Post-socialist Eastern Europe</i></p>	<p>Investigar os determinantes da opinião pública sobre a tributação dos rendimentos das pessoas singulares nos países da Europa Central e Oriental.</p>	<p>Variáveis socioeconómicas e demográficas, tais como o agregado familiar, rendimento, classe social ocupacional e idade, são importantes na determinação das preferências do imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares. As crenças sobre justiça e perceções de corrupção também desempenham um papel significativo.</p>
<p><i>The effect of policy objectives, complexity, and self-interest on individuals' comparative fairness judgments of a flat tax</i></p>	<p>Identificar a forma como os indivíduos formam juízos imparciais sobre um sistema fiscal e a que fatores recorrem quando compararam a equidade de um sistema fiscal de <i>flat tax</i> com o sistema fiscal atual.</p>	<p>Os indivíduos foram influenciados pelas suas ideias acerca de objetivos económicos alcançados por cada sistema fiscal, complexidade injustificada e, especialmente, interesse próprio.</p>

(Fonte: Elaboração Própria. Com base nos artigos da amostra)

Conclusões

5.1. Conclusão dos Resultados

Nesta investigação foi definido como objetivo geral caracterizar a investigação existente sobre o tema “*Flat Tax*”, de modo a analisar as tendências de artigos científicos publicados na plataforma *Scopus*. Para tal, foi pesquisada e recolhida informação na plataforma *Scopus*, que posteriormente foi tratada e analisada através dos *softwares*, *Excel* e *VOSviewer*, à luz de indicadores bibliométricos que permitem avaliar o grau de atividade ao nível de artigos científicos publicados, o impacto dos trabalhos e das fontes e as características dos artigos.

Nesta investigação foram analisados 109 artigos científicos, publicados em 27 anos distintos. Assim, foi possível observar que foram publicados em média 4 artigos por ano e que ao longo das décadas se tem verificado uma evolução positiva do número de artigos publicados, sendo que o ano mais produtivo até ao momento foi 2019 com 12 artigos publicados. Este aumento ao longo dos anos do número de artigos publicados, foi também acompanhado pelo aumento do número de citações aos artigos. Desde 1998 até 2021, tem sido notada uma tendência substancialmente positiva na citação dos artigos, sendo que em 1998 apenas duas citações foram efetuadas e em 2019, 2020 e 2021, que foram os anos em que estes artigos foram mais citados, foram citados 73, 90 e 102 artigos respetivamente. Isto permite concluir que o interesse académico acerca do tema tem vindo a aumentar nas últimas décadas.

Relativamente à produtividade dos autores foi possível constatar que para os 109 artigos científicos contribuíram 201 autores. Destes, 186 contribuíram com apenas um artigo, enquanto 15 publicaram 2 ou mais artigos, o que corresponde a uma percentagem de 93% e 7% respetivamente. Dos autores que publicaram 2 ou mais artigos, 14 publicaram dois artigos e apenas um autor, Peichl, A., publicou mais do que 2, tendo publicado 4 artigos. Com esta informação pode-se concluir que o tema “*Flat Tax*” é um tema cuja atenção se divide por muitos autores.

No que toca à colaboração na autoria dos artigos, é possível verificar que a maioria dos artigos publicados, mais especificamente 62%, foram escritos de forma coletiva, ou seja, por mais do que um autor, enquanto 38% foram escritos individualmente. É também possível notar que dentro dos artigos com autoria coletiva, os artigos com dois autores são os que demonstram maior expressão, com 40 artigos publicados. Por fim é possível verificar através de um mapa de *network* que dos 15 autores que publicaram mais do que um artigo, apenas Peter K.S e

Duncan D., bem como Schaefer. T, Peichl, A. E Fuest, C. têm ligações entre si, o que revela que a maioria dos autores mais produtivos sobre o tema não têm relação uns com os outros.

Fazendo uma análise à distribuição e colaboração geográfica, foi observado os autores que contribuíram para os artigos em análise encontram-se afiliados a 35 países, espalhados por todos os continentes, com a exceção da Antártida. Destes, mais de metade encontram-se afiliados a países do continente europeu, que é o continente no qual em mais países foi investigado o tema, tendo sido estudado em 24 países. Ainda assim, o país no qual este tema suscitou interesse em mais autores foi nos EUA, com 64 autores afiliados a publicarem artigos científicos. Através de um mapa e *network* foi observado que a Alemanha, os EUA e o Reino Unido são os países que mais ligações tinham com outros países, mostrando assim um nível de comunicação com outros países superior aos restantes.

Em relação ao impacto das fontes, foi possível observar que os 109 artigos foram publicados em 85 revistas científicas. Destas, 68 publicaram apenas um artigo. As revistas que mais artigos publicaram foram a *International Tax and Public Finance*, a *Economics Letters* e a *Journal of Policy Modeling* com 6, 4 e 3 artigos publicados respetivamente. Assim, pode-se concluir que existe uma grande dispersão pelas revistas, não havendo uma que se destacasse por ter um elevado número de artigos científicos publicados sobre o tema, ou seja, nenhuma das revistas se pode considerar especialista no tema “*Flat Tax*”.

Importa também concluir acerca das áreas de estudo nas quais os artigos se enquadram. Os artigos analisados nesta investigação estão inseridos em 10 áreas diferentes, o que revela que vários tipos de temas podem ser estudados através do tema em investigação. Ainda assim as áreas que se destacam são “*Economics, Econometrics and Finance*”, com 87 artigos e “*Social Sciences*” e “*Business, Management and Accounting*” com 29 artigos cada uma.

Em análise às *keywords* foi observado que 322 *keywords* diferentes foram utilizadas pelos autores na conceção dos seus artigos, demonstrando que, relacionado com a *flat tax*, uma multitude de temas pode ser investigada. Ainda assim, as *keywords* que mais vezes são utilizadas são “*tax reform*” e “*tax system*”, sugerindo que os principais temas em análise no que toca a artigos relacionados com a *flat tax* são a análise dos sistemas de tributação, bem como de reformas e possíveis reformas fiscais.

Por fim, foi desenvolvida uma tabela resumo de modo a agrupar as conclusões dos principais artigos que fazem parte da amostra deste estudo. Através da tabela pode-se verificar que, em conformidade com o que já foi referido anteriormente, os artigos científicos em análise foram escritos ao longo de vários anos por muitos autores que, influenciados pelo momento temporal em que desenvolveram as suas investigações, bem como as suas diversas origens,

realizaram diferentes tipos de estudo a uma vasta gama de temas, com objetivos, metodologias e pressupostos distintos, o que leva à existência de diferentes, e por vezes divergentes, conclusões, sendo assim difícil fazer comparações entre os mesmos.

5.2. Limitações

Neste seguimento, uma das limitações sentidas foi precisamente a dificuldade em comparar artigos, uma vez que estes abordavam diferentes temas relacionados com a *flat tax*.

Outra limitação desta investigação deve-se ao facto de a amostra dos artigos seleccionados para análise ter sido alvo de algumas restrições. Os artigos científicos foram retirados exclusivamente através da plataforma *Scopus* e foi imposta uma delimitação a artigos científicos cuja *keyword* ou título do artigo mencionasse a expressão “*flat tax*”, pelo que alguns artigos relevantes podem não ter sido alvo de análise. A existência de artigos nos quais não se conseguiu aferir quem era o seu autor, fazendo com que tivessem de ser excluídos, o que teve como consequência a diminuição da amostra, foi também uma limitação a este estudo.

Por fim, a impossibilidade de comparação dos resultados da investigação com outras investigações que pudessem ter utilizado uma amostra de artigos científicos diferentes, uma vez que não foi possível encontrar qualquer outra caracterização de investigação acerca da *flat tax*, foi considerada uma limitação.

5.3. Sugestões

Tendo em conta a limitação das restrições impostas para a definição da amostra deste estudo, seria interessante diminuir essas restrições, quer seja por incluir artigos publicados noutras bases de dados similares à plataforma *Scopus*, quer seja por não delimitar a amostra apenas a artigos cuja *keyword* ou título do artigo mencionasse a expressão “*flat tax*”, de modo a tornar a investigação sobre *flat tax* mais ampla e completa.

Outra sugestão é que futuras investigações do género se foquem em temas mais específicos dentro da *flat tax*, como por exemplo comparar artigos que analisem apenas o efeito da *flat tax* no crescimento económico, na desigualdade ou qualquer outro tema relevante de estudo.

Referências Bibliográficas

- Aaberge, R., Colombino, U., & Storm, S. (2004). Do more equal slices shrink the cake? An empirical investigation of tax-transfer reform proposals in Italy. *Journal of Population Economics*, 17(4), 767-785. <https://doi.org/10.1007/s00148-004-0193-2>
- Aghion, P., Caroli, E., & Garcia-Penalosa, C. (1999). Inequality and economic growth: The perspective of the new growth theories. *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1615-1660. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/2565487>
- Altig, D., Auerbach, A. J., Kotlikoff, L. J., Smetters, K. A., & Walliser, J. (2001). Simulating fundamental tax reform in the United States. *The American Economic Review*, 91(3), 574-595. Obtido de <https://search.proquest.com/scholarly-journals/simulating-fundamental-tax-reform-united-states/docview/233038607/se-2?accountid=38384>
- Amirthalingam, K. (2013). The importance of taxation and the role of indirect taxes in developing countries: A survey of literature. *Colombo Business Journal*, 4(1), 43-52.
- Arab, H. R., & Basariya, S. R. (2020). A study on the uses of taxation in developing countries. *Journal of Critical Reviews*, 7(1), 457-463. <https://doi.org/10.31838/jcr.07.01.90>
- Barrios, S., Ivaškaitė-Tamošiūnė, V., Maftai, A., Narazani, E., & Varga, J. (2020). Progressive tax reforms in flat tax countries. *Eastern European Economics*, 58(2), 83-107. <https://doi.org/10.1080/00128775.2019.1671201>
- Benczúr, P., Kátay, G., & Kiss, Á. (2018). Assessing the economic and social impact of tax and benefit reforms: A general-equilibrium microsimulation approach applied to Hungary. *Economic Modelling*(75), 441-457. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2018.06.016>
- Bonga-Bonga, L., & Perold, M. (2014). A CGE simulation of a flat tax as a possibility for tax reform in South Africa. *The Journal of Applied Business Research*, 30(6), 1693-1708. <https://doi.org/10.19030/jabr.v30i6.8883>
- Conesa, J. C., & Krueger, D. (2006). On the optimal progressivity of the income tax code. *Journal of Monetary Economics*, 53, 1425-1450. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.03.016>
- Costa, T., Lopes, S., Fernández-Llimós, F., Amante, M. J., & Lopes, P. F. (2012). A bibliometria e a avaliação da produção científica. *ACTAS – Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 11, 1-7.
- Dabrowski, M., & Tomczynska, M. (2001). Tax reforms in transition economies - A mixed record and a complex future agenda. *Center for Social and Economic Research*(231). <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1440219>

- Dacian, C. D. (2010). The relationship between accounting and taxation: A brief international literature review. *Faculty of Economics and Business Administration*, 1(1), 496-502.
- Dagan, N., Serrano, R., & Volij, O. (1999). Feasible implementation of taxation methods. *Review of economic design*, 4, 57-72. <https://doi.org/10.1007/s100580050026>
- de Hek, P. A. (2006). On taxation in a two-sector endogenous growth model with endogenous labour supply. *Journal of Economic Dynamics & Control*, 30, 655-685. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2005.02.006>
- Domonkos, S. (2016). Who wants a progressive income tax? Determinants of tax policy preferences in post-socialist Eastern Europe. *East European Politics and Societies and Cultures*, 30(2), 423-448. <https://doi.org/10.1177/0888325415602055>
- Duncan, D., & Peter, K. S. (2010). Does labour supply respond to a flat tax? *Economics of Transition*, 18(2), 365-404. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0351.2009.00383.x>
- Evans, A. J., & Aligica, P. D. (2008). The spread of the flat tax in eastern europe: A comparative study. *Eastern European Economics*, 46(3), 49-67. <https://doi.org/10.2753/EEE0012-8775460303>
- Feldstein, M. (1995). Behavioral responses to tax rates: Evidence from the tax reform act of 1986. *The American Economic Review*, 85(2), 170-174. Obtido de <https://search.proquest.com/scholarly-journals/behavioral-responses-tax-rates-evidence-reform/docview/233022407/se-2?accountid=38384>
- Fischer, D.-H., & Ferraro, S. (2019). A proposal for a simple average-based progressive taxation system. *Public Sector Economics*, 43(2), 141-165. <https://doi.org/10.3326/pse.43.2.2>
- Fossen, F. M. (2009). Would a flat-rate tax stimulate entrepreneurship in Germany? A behavioural microsimulation analysis allowing for risk. *Fiscal Studies*, 30(2), 179-218. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5890.2009.00093.x>
- Friedman, M. (1962). *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fuest, C., Peichl, A., & Schaefer, T. (2008). Does a simpler income tax yield more equity and efficiency? *CESifo*, 54(1), 73-97. <https://doi.org/10.1093/cesifo/ifn003>
- Fuest, C., Peichl, A., & Schaefer, T. (2008). Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany. *International Tax Public Finance*, 15, 620-636. <https://doi.org/10.1007/s10797-008-9071-2>
- Gouveia, M., & Oliver, D. (1995). Voting over flat taxes in an endowment economy. *Economic Letters*, 50(2), 251-258. [https://doi.org/10.1016/0165-1765\(95\)00749-0](https://doi.org/10.1016/0165-1765(95)00749-0)
- Gribnau, H. (2015). Corporate social responsibility and tax planning: Not by rules alone. *Social & Legal Studies*, 24(2), 225-250. <https://doi.org/10.1177/0964663915575053>

- Hall, R. E., & Rabushka, A. (1983). *Low tax, simple tax, flat tax*. New York: McGraw-Hill Companies.
- Hayek, F. (1960). *The constitution of liberty*. Chicago: University of Chicago Press.
- Heath, A. (2006). *Flat tax: Towards a british model*. Stockholm Network.
- High-Quality Data*. (s.d.). Obtido de Elsevier:
<https://www.elsevier.com/solutions/scopus/how-scopus-works/high-quality-data>
- Hirsch, J., & Buéla-Casal, G. (2014). The meaning of the h-index. *International Journal of Clinical and Health Psychology, 14*(2), 161-164. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(14\)70050-X](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(14)70050-X)
- Ibragimov, M. Y., Ibragimov, R. M., Sinnikova, Y. M., & Tufetulov, A. M. (2014). About progressive tax systems of labor remuneration in Russia. *Asian Social Science, 10*(23), 28-35. <https://doi.org/10.5539/ass.v10n23p28>
- Laffer, A. B. (2019). Reflections on economic policy. *National Association for Business Economics, 55*, 41-44. <https://doi.org/10.1057/s11369-019-00150-7>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., . . . Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology, 62*(10), 1-34. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *The communist manifesto*.
- Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. (3rd ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Mill, J. S. (1848). *Principles of political economy*.
- Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., . . . Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews, 4*(1). <https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>
- Musgrave, R. A., & Musgrave, P. B. (1989). *Public finance in theory and practice*. California: McGraw-Hill International Editions.
- Osberg, L. (1995). The equity/efficiency trade-off in retrospect. *Canadian Business Economics, 3*, 5-19. Obtido de <http://hdl.handle.net/10222/34134>
- Pántya, J., Kovács, J., Kogler, C., & Kirchler, E. (2016). Work performance and tax compliance in flat and progressive tax systems. *Journal of Economic Psychology, 56*, 262-273. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2016.08.002>

- Paulus, A., & Peichl, A. (2009). Effects of flat tax reforms in Western Europe. *Journal of Policy Modeling*(31), 620-636. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2009.06.001>
- Peichl, A. (2009). The benefits and problems of linking micro and macro models - Evidence from a flat tax analysis. *Journal of Applied Economics*, 12(2), 301-329. [https://doi.org/10.1016/S1514-0326\(09\)60017-9](https://doi.org/10.1016/S1514-0326(09)60017-9)
- Pogátsa, Z. (2009). Tatra tiger: Growth miracle or belated recovery? *Acta Oeconomica*, 59(4), 377-390. <https://doi.org/10.1556/AOecon.59.2009.4.1>
- Popescu, M. E., Militaru, E., Stanila, L., Vasilescu, M. D., & Cristescu, A. (2019). Flat-rate versus progressive taxation? An impact evaluation study for the case of Romania. *Sustainability*, 11, 6405-6421. <https://doi.org/10.3390/su11226405>
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Massachusetts: Belknap Press/ Harvard University Press.
- Ricardo, D. (1817). *Principles of political economy and taxation*. London.
- Sabitova, N. M., & Dyudina, M. P. (2015). Income taxation as a tool of income redistribution. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(1 S3), 174-178. <https://doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n1s3p174>
- Scopus - Content Coverage Guide*. (s.d.). Obtido de Elsevier: https://www.elsevier.com/?a=69451&fbclid=IwAR2WBehEx2U6n9VoMkyVzm00gWEFD1RtsgjXpKtdew4_pLVcbhbUsZtMo
- Skipper, D. W., & Burton, H. A. (2008). Ramifications of a flat tax - Shifting the burden to the middle class. *International Atlantic Economic Society*(14), 460-471. <https://doi.org/10.1007/s11294-008-9168-5>
- Smith, A. (1776). *The wealth of nations*. London.
- Ventura, G. (1999). Flat tax reform: A quantitative exploration. *Journal of Economic Dynamics & Control*, 23(9-10), 1425-1458. [https://doi.org/10.1016/s0165-1889\(98\)00079-7](https://doi.org/10.1016/s0165-1889(98)00079-7)
- Voinea, L. (2013). Revisiting crisis generators in Romania and other new EU member states. *Review of International Political Economy*, 20(4), 979-1008. <https://doi.org/10.1080/09692290.2012.733315>
- Watrin, C., & Ullmann, R. (2008). Comparing direct and indirect taxation: The influence of framing on tax compliance. *The European Journal of Comparative Economics*, 5(1), 33-56.
- Whait, R. B., Christ, K. L., & Ortas, E. B. (2018). What do we know about tax aggressiveness and corporate social responsibility? An integrative review. *Journal of Cleaner Production*, 204, 542-522. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.08.334>

Why choose Scopus. (s.d.). Obtido de Elsevier:

https://www.elsevier.com/solutions/scopus/why-choose-scopus?fbclid=IwAR3h_5tDC9qSJL3jcHIX2EE6N1fNos4Nd-zxiuxULoaAxsD3pGFqf7Auhc